



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

LUIZ GABRIEL MADUREIRA SANTOS

**Revisando e retalhando as teorias de cultura LGBT e a teoria queer: Uma análise de suas influências sobre os ativismos políticos.**

BRASÍLIA - DF

Fevereiro de 2021

**Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professor Luis Felipe Miguel.**

**Brasília – DF**

**Título: Revisando e retalhando as teorias de cultura LGBT e a teoria queer: análise de suas influências sobre os ativismos políticos.**

**Resumo**

Esta monografia consiste em um emaranhado de estudos sobre teoria queer e estudos sobre cultura LGBT interligados de um modo a fim de construir uma espécie de conexão, assim como de um mapeamento daquilo que está sendo produzido em torno desses estudos. A partir de uma revisão bibliográfica, ela foi montada nos seguintes tópicos: explicação sobre os estudos queer; a análise de uma “ética bixa”; uma cronologia da luta LGBT no Brasil; a comparação entre o ativismo identitarizado e o ativismo queer; a descrição da luta de algumas identidades demarcadas e populares no país e a conclusão.

**Abstract**

This monograph consists in compiled studies on queer theory and studies on LGBT culture, interconnected building several connections, as well as mapping what is being produced around these studies. From a literature review, it was assembled on the following topics: explanation of queer studies; the analysis of a “fag ethics”; a chronology of the LGBT struggle in Brazil; the comparison between identified activism and queer activism; the description of the struggle of some demarcated and popular identities in the country (Brazil) and the conclusion.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>SOBRE A TEORIA QUEER</b>	<b>5</b>
<b>SOBRE UMA ÉTICA BIXA</b>	<b>8</b>
<b>SOBRE O CASO BRASILEIRO</b>	<b>17</b>
<b>SOBRE OS DILEMAS ENTRE MILITANTES LGBT E QUEER</b>	<b>29</b>
<b>SOBRE AS TRAVESTIS</b>	<b>38</b>
<b>SOBRE O ADVENTO DOS CORPO NÃO BINÁRIOS E A DISPUTA PELA NACIONALIZAÇÃO DA TRANSGENERIDADE</b>	<b>46</b>
<b>SOBRE A LUTA DAS LÉSBICAS</b>	<b>50</b>
<b>SOBRE OS MILITANTES NEGROS DENTRO DE ORGANIZAÇÕES LGBT</b>	<b>52</b>
<b>SOBRE AS PESSOAS INTERSEXO</b>	<b>54</b>
<b>SOBRE DRAG QUEEN E KINGS</b>	<b>56</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>57</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>59</b>

## Introdução

Esta monografia consiste em um emaranhado de estudos sobre teoria queer e estudos sobre cultura LGBT interligados de um modo a fim de construir uma espécie de conexão, assim como de um mapeamento daquilo que está sendo produzido em torno desses estudos. Fiz um esforço grande na junção e estabelecimento de uma linha narrativa nesse texto, contudo sou ciente de que para tudo que falei, existe um universo de coisas que sequer fui capaz de perceber. Também sou ciente de que nesse trabalho referenciei mais o que foi produzido sobre homens, do que sobre mulheres e também sobre brancos do que necessariamente sobre negros, de modo que, apesar do meu esforço, me deparei com esses dilemas. No que diz respeito a menção a outros fatores posteriormente mencionados como determinantes de opressões mais ou menos violentas, assumo que fui falho. Reitero portanto que infelizmente esse trabalho é desigual.

Ainda assumo que para uma monografia em ciência política fiz uso de menos autores canônicos do que deveria, no entanto espero que meu leitor venha a ser um alguém que aceite as mais variadas interpretações daquilo que pode vir a ser um trabalho de ciência política, sem necessariamente assumir a proposição de um método renomado replicado como uma necessidade para a feitura de um texto.

Meu esforço consiste em uma revisão bibliográfica e está subdividido em tópicos que adequei através de explicações sucessivas para uma leitura que permita o encontro de especificidades previamente demonstradas. Por vezes o texto tende a tomar conclusões repetitivas, contudo tentei trazer um pouco de humor para o processo, a fim de evitar o enfado do leitor. Os tópicos são divididos em: uma explicação sobre os estudos queer (que é de onde tirei a maior parte de meu aporte teórico); a análise de uma “ética bixa” pegando a expressão de Paco Vidarte, a qual, a despeito do nome, refere-se também a outros sujeitos que se identificam como partes da população LGBT; uma cronologia da luta LGBT no Brasil; a comparação entre o ativismo identitarizado e o ativismo queer; a descrição da luta de algumas identidades demarcadas e populares no país e a conclusão. (VIDARTE, 2019)

Ressalvo o leitor de que por vezes termos como “população LGBT”, “queer”, “homossexualidades”, “transexual”, entre outros, vão ganhar significados diferentes ao decorrer do texto. Isso se dá por esses serem enquadramentos que foram ressignificados e

criticados na medida em que o tempo passou, de modo que, a significado em questão ficará mais evidente ao decorrer do texto.

Boa leitura!

### **Sobre a Teoria Queer**

A teoria queer tem como foco observar histórias e reivindicar destinos de pessoas marginalizadas a partir do aspecto que considera comum a essas vivências – a violência sofrida e incapacidade de gozar plenamente de direitos sociais. Ou seja, nela é assumido que a violência sofrida molda a maneira como essas pessoas são reconhecidas e como elas reconhecem o mundo.

Ela surgiu no final dos anos 80 sendo inspirada por Michel Foucault, Judith Butler, Donna J. Haraway e com diversas contribuições das teorias feministas, assumindo divergências em relação aos conceitos sobre minorias (sexuais e/ou sociais, gênero e identidade) provindos dos movimentos identitários dos anos 60 e 70. Seu foco foi desde o início denunciar regimes que normalizavam corpos, espaços e percepções de si e valorizar os sujeitos que, por conta principalmente de sexualidade, eram tratados como abjetos. Essas contestações foram feitas por grupos como o Act Up, o Gran Fury e as Lesbian Avengers, em metrópoles como Nova Iorque, Londres e Paris e marcaram seu tempo graças às performances chamativas e exageradas, mobilizadas para contestar simultaneamente a repressão social e as práticas dos movimentos homossexuais à época que tinham como principal meio de inserção nas agendas e cultura a ideia do assimilacionismo, clamando portanto, pela aceitação e o pertencimento contidos nas políticas identitárias. Segundo a própria Butler, foi um momento de teatralização da raiva política. Essas questões foram “batizadas” como “queer” em 1990, pela feminista Teresa de Lauretis, em uma conferência de estudos gays e lésbicos. (MISKOLCI, 2011; PRECIADO, 2018).

Butler indicou que a expressão de gênero estava contida na repetição dos comportamentos e estética atribuída a determinados corpos. De modo que, a partir da demasiada apreensão e o ensaio desses comportamentos generificados, era possível reproduzir as expressões – as quais

ela nomeia como performances – de masculinidade e feminilidade. Donna J Haraway, Anne Fausto-Sterling e Paul Preciado inspirado por Deleuze, Guattari e Derrida, adicionaram a essa compreensão, a ideia de que esse gênero estava mais do que inscrito na performance, nas ações e na linguagem dos sujeitos e que, dada a possibilidade da transformação bioquímica dos corpos com remédios, hormônios e métodos cirúrgico-prostéticos com as plásticas e os instrumentos, a compreensão do humano generificado estava a um passo de ser suplantado, para dar espaço para uma leitura menos naturalizante dos corpos. Elas questionaram a interpretação dos sexos e gênero como realidades estritas e denunciaram que essa impressão estava atrelada a todo um processo validado cientificamente e dotado de dispositivos tecnológicos, que inculcaram isso como uma questão intrínseca à compreensão dos corpos. (BUTLER, 1995; PRECIADO, 2018; HARAWAY, 2009).

Outro aspecto notório que foi influenciador nessa formação de uma agenda política e teórica queer, segundo Butler, foi o do aprendizado para com o repertório das lutas emancipatórias negras e decoloniais pelo mundo, as quais fundamentaram radicais críticas também aos movimentos homossexuais, lésbicos e feministas que à época eram majoritariamente brancos. Para além desse aprendizado inicial, o movimento negro permanece sendo um dos maiores catalisadores de auto-crítica e transformação de perspectivas para os sujeitos queer. Foi esse cruzamento referencial, somado às próprias experiências de sociabilidade desses corpos à margem inclusive dos corpos brancos que detinham recursos para execrar sua marginalidade e pleitear a normalidade, que foram sendo inseridas questões que tornaram-se cruciais para reflexão e o reestabelecimento de diretrizes desses movimentos. (BUTLER, 2018)

O termo “queer” deriva etimologicamente do irlandês medieval e era utilizado para se referir tanto a pessoas quanto a objetos que pareciam envergados. Ser chamado de “queer” ou algo semelhante a isso – queir ou cúar – designava desvio da normalidade. O termo paulatinamente foi sendo usado também para designar figuras tidas como marginais e/ou exóticas, visto que, dada a situação de precarização e perseguição dos homens que mantinham relações sexuais com outros homens, estes também estavam em situação de rua ou eram acusados de crime. Portanto, queer no começo século 20, também era um termo utilizado para designar uma multiplicidade de outras figuras marginais. (HALPERIN, 2012)

Atualmente a palavra é utilizada principalmente para designar sujeitos que reivindicam duas questões próprias. A primeira delas é utilizada para referir-se à ampla variedade de termos que designam sexualidade e identidade de gênero e que estão além do modelo chamado de

cis-heteronormativo – (homens e mulheres cisgêneros e binários e que orientam seu desejo para um corpo com identidade de gênero oposta a sua). O termo nos Estados Unidos é tratado como uma variedade de expressões que dizem respeito à identidade de gênero e à sexualidade, na tentativa de compatibilizar experiências de dissidência do que foi erigido como padrão de corpo bem inserido na dinâmica afetivo-sexual heterocentrada. Isso é nomeado como termo guarda-chuva. A segunda refere-se a uma luta anti-identitária focada em performances de gênero não lineares, confrontativas e de protesto.

Tanto lá, como aqui, esse termo é utilizado, mas não sem disputa, reinvenção e construção coletiva a respeito das compatibilidades e dissemelhanças contidas nessas experiências. Tanto que já é comum na agenda política desses dissidentes substituir o termo “teoria queer” pela escola em formação dos “estudos queer”.

Esse traço de tratar a violência como aspecto primordial na vivência LGBT no cenário brasileiro foi, segundo Richard Miskolsci, determinante para entender a diferença entre formação de agendas políticas LGBT nacionais em relação às de países europeus (p. ex.). Enquanto na Suécia, Portugal e Espanha, o foco primordial da militância foi o casamento civil homoafetivo, aqui, graças aos entraves encabeçados pelos sujeitos evangélicos e posteriormente pela bancada evangélica, associados aos demais agentes no governo, os quais deliberadamente perseguem a agenda LGBT desde que essa população militava para uma cláusula de não discriminação dos seus ainda no processo de demanda da constituinte, o foco foi voltado à priori para a criminalização da homofobia (hoje homolesbotransfobia). Por conta disso e por meio dessa associação entre o que encabeçava a agenda inaugural LGBT, Miskolsci relata que a experiência brasileira tem um formato tanto mais destabilizante, como queer, pois é embasada justamente nas experiências de dor e vergonha às quais essas pessoas são sujeitadas. (MISKOLCI, 2011)

Ainda assim, Leandro Colling considera que existem variações quanto ao que seria o movimento LGBT constituído e com um pequeno espaço em órgãos conquistados no governo e essa agenda proposta pelos ativistas que trazem consigo um debate centrado nos estudos queer. Ele aponta que ainda que exista uma implementação por parte desses agentes no governo e também de opositores ao avanço dessa agenda, várias concepções que já foram tanto desconstruídas, quanto combatidas por parte dos estudiosos queer, permanecem sendo



utilizadas estratégico/taticamente por partes desses agentes como modelo para manutenção de seus cargos e renda. (COLLING, 2015).

### **Sobre uma ética bixa**

A questão de uma ética específica de bixas (aspecto que se estende aparentemente para outros entes da comunidade LGBT, visto que a imagem da bixa evoca a da figura que oscila entre a rejeição e a admiração), segundo Foucault, é advinda de um momento no qual ocorreu a psiquiatrização da relação entre dois homens e duas mulheres. Foucault em seu livro “História da Sexualidade” aponta que antes disso várias foram as nomenclaturas que indicaram essas modalidades de relação, às quais historicamente flutuaram entre ideias de signo de prestígio, até como sinônimo de pecados nefandos. (FOUCAULT, 1979)

O termo “ética bixa” é derivado do livro homônimo de Paco Vidarte e ele indica ela como o caminho de uma ética de solidariedade entre oprimidos, que deve ser combativa em relação às políticas de reforço da opressão e precarização dessas pessoas, mas também às próprias ciladas em que elas se colocam. O esforço deve ser para que não tratar a discrepância de anseios desse sujeito para com a normalidade em torno de si, como um sintoma particular e como uma condição única no mundo. É fugir da idealização de que o ódio para consigo só é direcionado a pessoas que tem vivências muito similares. Para Vidarte é essencial que se faça um resgate memorial que livre esses sujeitos dessa impressão que criam de si mesmos de que são livres, felizes consigo e seus pequenos círculos e que tenham como lugar comum de conforto a ideia de serem participantes de um círculo de consumo extremamente limitado. (VIDARTE, 2019)

A ideia de Vidarte se soma a uma imensidão de referências que antecedem-no e que começaram a ser moldadas segundo Foucault, mais ou menos no final do século 19. Ao Proust se confere muito do molde da psicologização culpabilizada que boa parte dos homens gays posteriormente inseriram na sua gramática de sensações sobre o mundo. Muito do que passou a ser tratado como uma sensibilidade diferenciada vivenciada pelo homossexual, o dom inato do bom gosto, a fragilidade de coração, o rancor de espírito, a profunda conexão com a mãe e conseqüentemente com o tratado como feminino, o humor desviado e

auto-crítico, os trejeitos afetados e o auto-flagelo como modo de combater os desejos do corpo, tiveram profunda influência nos textos desse autor - “A Raça Maldita” e “Sodoma e Gomorra”. (PRECIADO, 2018; PROUST, 1989)

Para designar os homossexuais, ele fazia uso em seus textos do vocábulo “invertido”, o qual tratava como uma espécie de raça, logo natural, que no entanto para sua execução sempre dependeu daquilo que nomeou como “vício”. Ou seja, a categoria “invertido”, segundo a interpretação de Proust redigida por Paul Preciado, tinha umbilical dependência com a ideia de corrupção do socialmente devido para si, o qual era associado a uma força de impulso que antecedia o indivíduo, no entanto que podia ser controlada graças a dissociação desses indivíduos com essas práticas que eram conscientemente incorretas. Essa interpretação era associada tanto ao evolucionismo oitocentista quanto às teorias de degenerescência, iniciadas lá, mas com um legado que deixa marcas inclusive nas pessoas de vivência homossexual recente. (PRECIADO, 2018)

A interpretação da homossexualidade na obra de Proust fazia contraponto tanto a obra de André Gide, quanto a de Oscar Wilde. Ambos tratavam os perfis homossexuais como dignos de alguma compaixão e, no caso de Gide, havia a alusão de que o amor inocente que era fruto dessas relações podia ser lindo, não fosse a desconsideração e rechaço que a sociedade impunha sobre aqueles que assim desejavam amar. Wilde doou a todos seu popular detalhamento da sensibilidade artística e espiritual diferenciada desses perfis, evocando essa não como um sinônimo de degenerescência, mas como uma virtude. Com essa abordagem que retratava os méritos advindos dessa escolha, ele atuou como um dignificador do sujeito homossexual, em meio às inúmeras depreciações que esse sujeito sofreu desde a invenção do seu mito de origem moderno, o qual trata-o como um ente patologizado e imoral. Wilde ressaltou em seus textos hoje reconhecidos como clássicos, personagens de vivência sensível e imensa beleza poética que, segundo ele, só o homoerotismo era capaz de florescer. (HALPERIN, 2009; WILDE, 2013)

Essas representações advindas da literatura foram material também para muitas das perspectivas sociológicas e antropológicas sobre a sensibilidade efeminada e que por vezes desembocava em práticas homossexuais, por parte dos sujeitos que compunham povos indígenas, monges, faquires indianos e alquimistas. A sacralização e excepcionalidade de sua sensibilidade, logo de seus poderes, por vezes era proporcional à abstenção de sua sexualidade a que esses se submetiam. A introversão desse desejo era tratada como uma

energia tanto criativa como masoquista, a qual desemboca em belíssimas expressões artísticas, assim como uma função social que perante essas análises era muito aclamada, que era a da conexão com o divino e o místico. A exceção dessa abstenção da vida sexual para uma ascensão espiritual por vezes se deu exatamente por parte dos pajés, que dada a ausência de uma moral sexual cristã, segundo relatos de missionários e de antropólogos, tinham o papel de iniciação espiritual e intelectual dos jovens de suas tribos, atrelado ao papel de uma pedagogia sexual. (FREYRE, 2003)

As teorias evolucionistas supramencionadas, ainda que disputassem espaço para com à abordagem da psicologização, contribuía com ideia de degenerescência associada a ela. Freud destrincha a sexualidade humana associando essas sensibilidades reveladas pela literatura a noção de um inconsciente. Esse inconsciente para ele, segundo Preciado, tem forma coletiva e paira metafisicamente sobre as pessoas, mas apesar de existir como um centro ideal universal, tem incidência subjetiva e determinante no corpos dos indivíduos, de modo que molda seus afetos, desejo e aquilo que o é manifestado mediante consciência corporal, processo que posteriormente foi nomeado por outros autores como performance. Preciado ao analisar Freud, nomeia esse processo interpretativo como uma contemplação do sujeito sendo um terreno arqueológico de sinais invisíveis que devem ser revelados por meio de uma escavação linguística e sua tradução. Essa perspectiva freudiana faz contraponto também a um outra linha de interpretação da sexualidade pungente na época, que era a da percepção da motivação da sexualidade, através de uma engenharia química dos fluidos corporais, recém denominados hormônios. Esses embates ainda são reconhecidos como a distinção entre as perspectivas psicológicas, as perspectivas fisiológicas e as perspectivas bioquímicas sobre a sexualidade. (PRECIADO, 2018)

Quase que simultaneamente, mas enquadrados em um outro olhar mais focado numa perspectiva cultural sobre esses processos, na Alemanha houve a formação de um centro de pesquisas sexuais, o qual, apesar de ter tido toda a sua biblioteca destruída com a instauração do nazismo, influenciaria a percepção de sexualidade posterior. Dividindo os intérpretes dessa utopia sexual entre os militantes assimilacionistas e os do terceiro-sexo, iniciaram-se aí vários dos paradigmas que permaneceram presentes para o movimento LGBT até os dias de hoje. Como exemplos das discussões que foram inseridas estavam a de pleitear passabilidade ou não, ser ou não distinto, assumir sua sexualidade (sair do armário) ou não, escolher entre a idealização da construção de um mimetismo da família burguesa para si ou da disposição de

construir sua interessoalidade a partir de modelos de afetos, sexualidade e desejo a partir de modelos experimentais e por vezes embasados em sistemas que não fossem inspirados no modelo de família nuclear. (HALPERIN, 2012)

A União Soviética sob o período leninista experimentou em sua era de consolidação ideológica um programa para uma pedagogia sexual e para uma concessão de direitos sexuais não burgueses aos seus cidadãos, influenciada pelas pesquisas de Wilhem Reich. Essa experimentação contribuiu para o que se tornaria o praxe para com o tratamento da homossexualidade posterior, que era o da ideia de que ao Estado não cabia o papel de interventor proibicionista das possibilidades de vida sexual de seus cidadãos. (REICH, 1988)

Kinsey apresentou a partir dos seus extensos relatórios a inesperada multiplicidade dos comportamentos sexuais dos americanos cinquentistas e escancarou que a estranha experiência homo e lesboerótica era muito mais corriqueira do que apregoavam os portadores do bom senso à época. Segundo Preciado, foi a John Money que coube o uso do palavra ‘gênero’, a qual inauguralmente foi utilizada a fim de ampliar o escopo do que significava a expressão de gênero de alguém. Apesar de ter contribuído para a quebra da ideia do gênero como sendo meramente definido biologicamente e, portanto, sendo naturalizado, precisou ter sido instrumentalizado por críticas feministas que reciclaram sua teoria, e a partir da dessa crítica contruíram para a compreensão nascente que era da divisão de formação de identidade baseada em traços pessoais, relacionais e culturais e não mais o “sexo”. Ele também indica Frederic Whitam como um influenciador na ideia de que a sexualidade não era uma escolha que operava num universo de influências contingenciais a partir de um repertório que visibilizasse essa prática ou não, mas era um traço que podia ser observado desde a tenra infância e que era detectável em múltiplas culturas. (PRECIADO, 2018)

Susan Sontag inaugurou academicamente a questão da sensibilidade “camp” (afetada, dramatizada, exagerada...), que segundo as definições dela, era uma maneira peculiar aos homossexuais de interpretar esteticamente o mundo ao seu redor. O camp pode ser rasamente definido como o apreço pelo superproduzido, ou seja, a apreciação voluntária ou não de tudo aquilo que carrega mais informação que o necessário e que de algum modo subverte aquilo que é tido como discreto (criticando a ideia de que discrição passou a ser signo de refinamento). Ao se expressar na existência desses sujeitos, o autor David Halperin em seu livro “How to be Gay” rememora o camp como a capacidade de rir de si mesmo e de responder com sarcasmo a mais grotesca tragédia. A ideia da sensibilidade camp foi também

influenciadora para múltiplos estudos sobre cultura LGBT, os quais por vezes dissociavam a cultura da vivência sexual-afetiva em si. (SONTAG, 1966; HALPERIN, 2016).

Foucault com seu livro “História da Sexualidade” construiu uma antologia daquilo que apontava como sendo o processo de enquadramento do comportamento homoerótico na modernidade, ou seja, a criação da homossexualidade por partes dos órgãos reguladores – instituições de poder – da época. Segundo ele, esse processo foi reforçado simultaneamente por instituições pedagógicas, punitivas, médicas, religiosas e por fim, o próprio Estado, a fim de padronizar esse comportamento até então tido como anti-reprodutivista. O enquadramento da homossexualidade no que ele chamou de psiquitrização dos prazeres perversos (depois Butler vem a chamar isso de prazeres abjetos) era só mais um dos instrumentos de disciplina de uma sociedade que também avançava, segundo ele, de um paradigma de soberania para um de disciplinamento. Esse também representou um avanço de paradigma, no qual a homossexualidade passaria a ser tratada não como um desvio psicológico, mas como um desvio psicoatípico – logo doença mental. (BUTLER, 2018; FOUCAULT, 1979;).

O que caracteriza a sociedade disciplinadora, segundo ele, é que o poder passa a ser parte de múltiplas esferas da vida dos indivíduos, não mantendo-se contido apenas nas esferas jurídicas e punitivas. Essa evolução sistemática é caracterizada por ele como uma rede de somatopoderes que criam o biopoder e esse transcende a coerção e proibição das coisas. O biopoder em Foucault estende-se como uma cultura que educa tanto as formas de viver (portanto tem incidência na formação psicológica e de expectativa social do indivíduo), como também na forma de regular a vida das pessoas. Portanto as formas de biopoder atuam como um escopo de governança para os Estados que versa sobre arquitetura, ciência, estatística, saúde, educação, geografia, política, segurança, cultura e etc, o qual é instrumentalizado como a própria natureza da organização social. (FOUCAULT, 1970; PRECIADO, 2019)

Butler sucedeu as reflexões de Foucault e serviu como alicerce da nova impressão sobre o que antes era tratado como desvio ou conformação sexual, de gênero e sexualidade. Ela indicou que tais expressões podem ser traduzidas tanto como uma disposição, quanto uma mimetização performática, a qual seguia roteiros de visibilização de si e consequentemente reconhecimento, pré-estipulados. Sua compreensão de gênero era definida como a repetição performática e muitas vezes compulsória, em que se expressavam ditames sobre um estilo que era internalizado e externalizado e que desencadeava constantemente em encenações e na regulação da expressão pública do sujeito. Ela indicava, em suma, que os mais diversos

papéis sociais eram performáticos. E se existe um adensamento de categorizações humanas para fins políticos e de reconhecimento, esse só servia também retórica e temporariamente, e, justamente por isso, jamais deveria delimitar os indivíduos que com elas se alinhavam. Esse caráter performático reflete também no que Butler trata como modo de ação política, o qual, para essa população LGBT, a qual ela configura dentro de um escopo de coisas que trata como pessoas precarizadas e/ou mais sujeitas à precarização, é o equivalente ao seu próprio modo de existência e aparecimento. Butler indica que o corpo precarizado ao estar na rua, participando de manifestações ou simplesmente ocupando espaços que não são destinados para si, mesmo sem necessariamente redigir isso em um discurso vocalizado, está sendo agente de uma ação política. Ela indica que o princípio ético desses corpos, é o de uma cooperação não necessariamente alinhada por identidade, mas por reconhecimento da situação de precarização de outrem. (BUTLER, 1996; 2018)

Teresa de Lauretis somou à compreensão de Butler, indicando em sua teoria que os modelos generificados eram como que um compilado de informações baseadas não só no ensino e regulação impostos pelas instituições formais, mas também pelos múltiplos retratos culturais que validavam essa imagem de conformação de gênero, fosse isso no cinema, na música ou na literatura. Ela acreditava que essa realidade era um escopo pré-produzido que ganhava forma de definição na medida em que mais gente apreendia aquilo e inseria no seu processo de auto-percepção e conseqüentemente na associação a um identidade congênere. (LAURETIS, 1986)

Essa perspectiva mais estrutural que De Lauretis proporciona ao associar todos esses instrumentos como tecnologias produtoras tanto da opressão, quanto da estabilização dessas pessoas em identidades, traz consigo um aprofundamento da questão. Com sua análise da multiplicidade de modos que essas tecnologias podem atuar sobre esses indivíduos, ela reflete sobre como configurações estruturais diferentes acabam por desencadear em repertórios diferentes e, conseqüentemente, identidades mais variadas. Nessa linha, De Lauretis atua como uma das precursoras na perspectiva de compreensão de violências somáticas e/ou estruturais. Ou seja, ela argumenta a partir de um olhar sobre o que pode haver além do gênero e da sexualidade nesses corpos. Ela é uma das precursoras para teoria queer de como questões como raça, classe, capacidade física e intelectual, etnia, entre outras coisas, afetam e dispõe realidades distintas e por vezes hierárquicas, inclusive sobre e entre os sujeitos precarizados. (LAURETIS, 1986)

No meio do século 20 também foram sintetizados os primeiros hormônios descobertos como produtores da masculinidade e feminilidade e a partir de pesquisas sobre eles, médicos começaram a administrá-los com fins terapêuticos. Em época próxima foram também utilizadas as primeiras próteses e cirurgias plásticas como resposta às deformações pós guerra e as primeiras inserções em corpos humanos de instrumentos mecânicos e robóticos. Esse período experimental de tecnologias inseridas aos corpos eventualmente desencadeariam na transformação paradigmática da consciência do corpo LGBT, por meio de autores que instrumentalizaram a ciência desses usos de tecnologias sobre pessoas, para correlacioná-los com a transformação corporal queer. Foram essas algumas das questões que cimentaram o início do fatídico escopo que posteriormente influenciaria a na idealização do regime farmacopornográfico proposto por Paul B. Preciado. Ele ressalta que a despeito da descoberta, foram necessários ainda diversos testes para que esses hormônios enfim pudessem ser comercializáveis. Para essa experimentação foram usados tantos animais (testículos de baleias e galos por exemplo), até pessoas em situação de precarização, como por exemplo, as mulheres porto riquenhas que tiveram suas vilas transformadas em laboratórios dos primeiros anticoncepcionais. Também as sapatonas que foram internadas em manicômios e tiveram hormônios femininos injetados em si com fins de sanar seu “desvio”. (PRECIADO, 2014; 2018)

A farmacopornografia foi calcada na compreensão do capitalismo pós-guerra e da economia pós industrial e foi um conceito utilizado para descrever um regime que passou a se sustentar tendo como pilares a intervenção cosmética e bioquímica dos corpos; a circulação pornográfica e sua direta consequência na modulação do desejo, a comercialização legal ou fruto do tráfico dos mais diversos psicotrópicos; o fluxo de informações digitalizadas e a convivência remodelada com o mercado sexual. Preciado indica que o sucesso de tal indústria foi a transformação das sensações do corpo e sobre o corpo que eram tratadas como processos naturais em remédios comercializados em larga escala pela indústria farmacêutica. Um exemplo disso é mostrado em seu livro “Testo Junkie”, no qual ele menciona a criação da Pílula anticoncepcional que ao longo da sua história passou por um período de testes passou por uma fase na qual esterilizava temporariamente e inibia os ciclos menstruais, para ser substituída por uma pílula que esterilizava temporariamente as mulheres, no entanto mantinha no corpo os efeitos do ciclo (sangramento, a controversa tensão pós-menstrual, as cólicas e etc). Essa substituição foi feita pois o governo americano à época interviu em prol da distribuição da segunda pílula em detrimento da primeira, alegando que a inibição dos

ciclos poderia ser um agente desfeminizador das mulheres. Para esse processo de substituição por via de semelhança bioquímica e emulação de aspectos fisiológicos que tem marca cultural taxativa de gênero, Preciado nomeia com o conceito de “biodrag”. (PRECIADO, 2018. P. 205).

A consolidação desse regime se deu sobretudo na autoridade da psicologia, endocrinologia, sexologia, biomedicina e neurociência, com respaldo dos Estados, sobre todas as demais formas de teorização sobre os corpos. Para ele a produção de coisas (objetos) naquilo que chama capitalismo (biocapitalismo) farmarcopornográfico converte-se na produção de intervenções corporais, produções imagético/performáticas, indução de sensações e na disseminação de ideologias. O consumo deixava de ser direcionado à aquisição de objetos para dar espaço ao consumo da vontade de ser. Mais que isso - Tornar-se. A ideia de farmacopornografia ficou marcada também pela possibilidade de manufatura do corpo. Ou seja, a capacidade de transformação desse a partir de instrumentos prostéticos permanentes (cirurgias plásticas por exemplo) e removíveis (intervenções corporais e/ou acessórios), a qual é influenciada pela filósofa precursora do transumanismo Donna Haraway. Esse processo elas nomeiam como ciborguização do corpo, a qual segundo elas, existe desde a sobreposição das primeiras vestimentas no corpo. A fusão das pesquisas teóricas de ambas desencadeia na produção de uma extensão da biopolítica foucaultiana, a qual evoca a que a era contemporânea será marcada pelo controle da vida em todas as suas extensões, passando a dominar inclusive as simulações e redes de fuga virtual que as pessoas criam para, segundo elas, ludibriar esses processos de dominação. Para nomear esse processo elas aderem ao termo “tecnobiopolítica”. (PRECIADO, 2018. Pp. 38-39)

Preciado vai além também ao sugerir que esses processos de ciborguização são instrumentalizados na medida em que as pessoas queer usem seu corpo como auto-cobaias desses processos de intervenção corporal, hormonização e experimentação de fármacos, e somado a isso carreguem consigo esse mesmo contorno para uma ética micropolítica. A ideia é que a ciborguização incida na hora de dispor também seus afetos, construir suas comunidades e ao desejar e realizar sua estética. Ou seja, de modo experimental. Ele menciona que deve ser um esforço para que isso não se restrinja a um nível corpóreo, mas que tenha repercussão em toda sua forma apreender o mundo físico e o metafísico. Afinal é essencial também criar uma mitologia carregada de símbolos que atrelem também significados surreais ao seu corpo. É uma reivindicação sobre o direito das pessoas queer



criarem sua própria mitologia. Suas influências são os movimentos mais radicalizados de pessoas LGBT e seu escopo de referências conduz para a capacidade de enxergar os processos transformativos nisso. É possível ver contornos de sua teoria em suas figuras influenciadoras Deleuze, Guattari, Rancière e Judith Butler. (PRECIADO, 2018)

O argumento a partir de uma análise do regime farmacopornográfico incorria na compreensão a respeito instrumentalização da contrarresposta que as ciências médicas readquiriram em 50, na medida em que, segundo Preciado, era possível ver uma vertiginosa ascensão de discursos de grupos feministas e homossexuais. Essa contrarresposta para ele, foi o uso de uma parafernália de conhecimentos bioquímicos e genéticos que foram utilizados para reinvisibilizar os termos do debate a respeito da natureza do gênero. Ou seja, se antes era uma metafísica do gênero ou do sexo que tinha sido utilizada para explicar esse dimorfismo sexual naturalizado, quando desmembrada e refutada, ela passou a ser explicada a partir de códigos convencionados, genéricos e de conhecimento restrito às ciências médicas e biológicas.

Essa contrarresposta também deu força às distinções que se tornaram costumeiras tanto nos estudos de sexualidade, quanto nos repertórios de ativistas e demais sujeitos que pleiteiam lugar na cultura popular. Distinções como a divisão entre pessoas “cisgêneras” e “transgêneras”. Segundo Preciado o corpo “cis” é aquele que conserva o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, enquanto o corpo “trans” é aquele que se apropria de tecnologias protéticas, hormonais, cirúrgicas ou jurídicas para ser reconhecido assim. Posteriormente esse debate sobre reconhecimento dos corpos trans se estende ainda mais quando são inseridas possibilidades além da intervenção corporal para embasar esse reconhecimento, nas quais corpos andróginos (mesmo que sem intervenções) ou que reivindicam uma ageneridade também passam a se reconhecer como trans. Preciado é um dos precursores nessa discussão. (PRECIADO, 2018)

Os corpos que pairaram além desse enquadramento, seja por serem intersexo, reclamarem a impermanência do objeto de desejo, serem portadoras de variáveis cromossômicas diversas, viverem a transgeneridade ou vivenciarem múltiplas outras questões além, acabaram sendo alvo de instrumentos de readequação tecnologicamente produzidos. Preciado aponta que isso foi uma escolha de diversas associações médicas influenciadas por morais religiosas e/ou conservadoras, que optou por criar instrumentos de conformação, em detrimento da sucessão de rompimentos de paradigmas que já vinham ganhando forma socialmente, graças às

mudanças possíveis sobre a fertilidade, a gravidez, as funções do sexo e a natureza dos gêneros.

Outra proposta redigida no “Testo Junkie” de Paul B. Preciado é a da inserção de uma queer-análise simultaneamente associada e crítica à psicanálise. Fazendo uso de cânones como Frantz Fanon, Guattari, Silvia Federici e Suely Rolnik, ele conceitua a análise como um instrumento de libertação que deve rememorar histórias focando nas violências políticas interseccionais que pessoas queer ou demais anômalas a um sistema normativo sofram, fazendo uso do que ele chama da recontagem da história dos “biocódigos comuns”, que são justamente os campos discursivos, médicos, bioquímicos, visuais, espirituais e mitológicos que condicionam essas pessoas a uma condição de anômalas. (PRECIADO, 2018. p. 397)

Esse método passa a se estender na teoria queer, calcado tanto na ideia de uma “hermenêutica paranoica” apontada por Eve K. Sedgwick ou na “teoria dos entrelugares” de Silviano Santiago. Ela diz respeito à desconfiança fundamental em todas as narrativas formuladas para definição dos corpos LGBT, associada à busca de fissuras, memórias e ficções, a fim de se reescrever esses processos. Tal modo de recontagem de histórias de si toma forma na arte, na ecologia, na história, no cinema, na medicina. É aqui que Preciado colide com a “ética bixa” de Paco Vidarte. É na instrumentalização dessa memória coletiva a fim de ceder referenciais que permitam que essas pessoas vislumbrem uma existência no mundo que é parte de um legado. (SANTIAGO, 1978; SEDGWICK, 2020; VIDARTE 2019).

### **Sobre o caso brasileiro**

O historiador James N. Green aponta que o início da formação identitária e política homossexual brasileira foi fomentada pela ocupação territorial que os homossexuais começaram a fazer em Copacabana na década de 50. Esse movimento também foi em parte gerador e em parte gerado pela abertura de boates, bares e teatros que aceitavam abertamente o trânsito de homossexuais e travestis. (GREEN, 2000; 2018)

João Silvério Trevisan no entanto aponta que não era como se não existissem práticas hoje tratadas como homossexuais anteriores a esse processo ou como se não houvessem

homossexuais proeminentes que transitavam pelos guetos e noites como estrelas e que trabalhavam durante o dia para madames e prefeitos, mas que a constituição desses enquanto uma comunidade potente o suficiente tanto para repelir os inúmeros abusos externos, quanto para produzir tecnologias que corroboravam para as trocas mútuas, produção estética e de sensibilidades comuns, foi influenciado justamente por essa concessão (ou fissura) no espaço urbano. Essa soma de comunidades e espacialidade constituíam aquilo que hoje é reconhecido como os primeiros guetos gays. Edward MacRae pondera que esses guetos foram sendo ocupados por boêmios paulistas e cariocas e que a troca com muitos deles que eram militantes de movimentos esquerdistas nascentes, forneceu aos homossexuais repertórios que foram decisivos para sua organização política posterior. (TREVISAN, 2018; MACRAE, 2011; 2018)

Em seu livro *Devassos no Paraíso*, Trevisan faz uma genealogia que percorre muito dessa história da homossexualidade no Brasil. Analisando figuras (reais e fictícias de homossexuais importantes) e fazendo menção a uma história de uma espacialidade sexual, ele percorre por diversas das lacunas presentes em muitos estudos sobre comunidade LGBT. Ele constrói uma espécie historicização do nome, que vai desde sodomita, figura a qual tem tradição bíblica de ser reconhecida pela disponibilidade ao sexo anal. Passa por uranista e homossexual, ambos os termos derivados de uma etimologia patologizadora e que recai no gay dos anos 80, que refere-se a uma identidade americanizada remetida pelos signos de felicidade, sensualidade e consumo, contudo que por aqui foi ressignificada com o apogeu da AIDS e com ascensão por meio de verbas estatais de grupos que consideravam o uso de do termo como um imperativo para a construção de um movimento atual e internacional. No Brasil, o termo gay foi por vezes tratado como um instrumento colonizante e liberal, de modo que os primeiros grupos formados por homossexuais usaram-no, mas também fizeram uso dos termos: homossexual para designar uma identidade mais séria e respeitável; bicha para designar uma identidade mais contestatória e iconoclasta; e entendido para designar uma identidade que remeta a mais sofisticação e distinção. Ressalto que as travestis geralmente estavam inclusas nesse mesmo balaio identitário, contudo eram taxadas como as manifestações mais perversas e radicais desse bojo de identidades ainda tratadas como manifestações das homossexualidades. (TREVISAN, 2018)

Edward MacRae aponta que um dos fatores influenciadores na junção de grupos que visavam especificamente discutir cultural e socialmente a questão dos gays no Brasil, se deu após o

editor da revista internacional “Gay Sunshine” ter mapeado crônicas sobre a vida de jornalistas e escritores gays no Rio e em São Paulo e ter criado, por conta do que estava produzindo, que era uma antologia de textos sobre homossexualidades latino-americanas, uma rede de contatos entre esses autores. Esse editor deu uma entrevista para o jornal Pasquim. Trevisan aponta, que apesar de isso ter sido o fomentador de uma reunião entre esses sujeitos com vivências aproximadas e, conseqüentemente, o influenciador da produção de conteúdo direta sobre isso, já haviam escritores homossexuais que faziam artigos de opinião em jornais mais à esquerda e teatrólogos que vez ou outra lançavam coisas que faziam menção a um tipo de deslocamento por conta de sexualidade. (MACRAE, 2011)

Trevisan ainda relata que havia um clima de subversão que pairava sobre a juventude universitária e produtora de arte no Brasil, que era o do Desbunde. O desbunde no Brasil era como um legado retardado pela ditadura militar de maio de 68 e da geração hippie, somado à uma fase de imensa contestação por tudo que várias das instâncias que representavam autoridade e que desembocava na expressão de uma desconfiança para com o governo, com as demais organizações burocráticas e com os partidos políticos. Segundo Trevisan, alguém desbundava quando se lixava para os compromissos tanto com a direita, quanto para com a esquerda brasileira, e, nesse processo, mergulhava em uma liberação individual que era marcada pela solidariedade não partidária, pelo consumo de drogas e pelas práticas sexuais não hegemônicas – como por exemplo a homossexualidade e a não monogamia. Os desbundados foram muito influenciados pelo “flower power” americano e suas posturas soavam como um signo de descolamento para a juventude brasileira cosmopolita. (TREVISAN, 2018).

Foi a partir dessas trocas que em 1978 surgiu a ideia de criar um jornal brasileiro que abordasse questões sobre as minorias políticas, mas principalmente coisas que referenciassem a cultura gay – era o Jornal Lampião da Esquina. Foi com o Lampião que todo retrato caricato e depreciativo dos homossexuais passou a ser contestado. Com seu conteúdo crítico, satírico e reivindicatório, o jornal convocou regionalmente e mobilizou nacionalmente, toda uma geração de homossexuais e lésbicas para reunirem-se e enfim discutirem um retrato positivo e criativo de si, distante das imagens cruéis e limitantes com a qual, de modo geral, a mídia os retratava. O Lampião foi duramente perseguido pelo governo na ditadura militar, a qual, segundo Renan Quinalha, considerava o tipo de conteúdo como um instrumento da propaganda comunista, a fim do desmantelamento da ordem familiar. Apesar de sua curta

vida, o Lampião permanece na memória como uma das imprensas mais subversivas e revolucionárias do país. (TREVISAN, 2018; QUINALHA, 2018)

Sucessivamente houve também a criação do grupo SOMOS em fevereiro de 1979, o qual teve consolidação em uma assembleia na USP tanto com pessoas remanescentes do Movimento Liberacionista Homossexual (grupo advindo dos editores do Lampião e pessoas próximas), quanto com estudantes diversos da Universidade de São Paulo. Trevisan relata que a reunião nunca teve esse intuito, contudo, após uma fala muito depreciativa de um companheiro de partido, a resposta a ele tomou proporções catárticas que desencadearam na criação do Grupo Somos. **Em 1980** o grupo atuou muito combativamente motivado pelas violências cometidas principalmente aos gays, travestis, lésbicas e michês em SP, nas operações de limpeza do centro promovidas pelo Delegado Richetti. Para a execução dessas operações foi usada como justificativa a vinda da Rainha Elizabeth II ao Brasil. Elas foram marcadas por prisões arbitrárias, espancamentos e perseguições constantes a todos os espaços públicos em SP nos quais essas pessoas se reuniam em alguns espaços privados. Contudo é importante ressaltar que essa perseguição não foi exatamente generalizada, mas focou principalmente nas travestis, gays pobres, garotos de programa e pessoas em situação de rua. Os gays de classe média ou ricos que habitavam as mesmas redondezas – próximo ao Largo do Arouche, Praça da Sé e Avenida São João – e que geralmente estavam ou em seus carrões ou dentro dos bares mais requintados, não foram perseguidos da mesma forma. O delegado afirmou em entrevistas que esses homens gays não tinham um comportamento tão vulgar quanto o das travestis e não costumavam se associar com tipos como – malandros da rua, usuários de drogas e bandidos. Ele também apontou que à época que gays consumiam e geravam impostos e, em contrapartida, as travestis só estavam no mercado informal e mal pagavam impostos. (TREVISAN, 2018; QUINALHA, 2018)

Nesse contexto, o grupo SOMOS se tornou um agente importante, sendo voltado pra trocas e discussões formadoras para aqueles que viriam a se tornar potenciais militantes gays e organização para protestos contra a situação de violência perpetrada àquelas populações. O grupo, na medida em que tomou grandeza, passou a ser majoritariamente formado por jovens de classe média baixa e atuou por 3 anos, indo ao declínio, segundo João Silvério Trevisan, após ter sido ocupado por membros da ala gay da Convergência Socialista. Para ele, essa aproximação desencadeou na inserção do SOMOS em uma estrutura que priorizava debates essenciais marxistas ou que focavam em uma perspectiva sobre sexualidade também marxista

(de Wilhelm Reich por exemplo), em detrimento de uma perspectiva mais “liberacionista” como a de outrora. Na leitura de Trevisan, esses militantes traziam consigo uma performance masculinista que taxava as bichas “liberacionistas” como alienadas e dissociadas da causa maior, que era a luta de classes brasileira, de modo que, as boas intenções desses militantes eram na verdade um modo de tomar como acessório o engatinhante movimento LGBT no Brasil e retirar do lugar de protagonismo as bichas escandalosas e cáusticas que brilhavam no SOMOS. (TREVISAN, 2018;)

Por conta da estrutura das reformas na sua estrutura de formação e por ser majoritariamente jovem, o grupo deixou de ser disputado pelos círculos intelectualizados, ricos e mais velhos que o compunham, de modo que esse afastamento gerou o desmembramento do grupo como um todo. A briga interna também foi um motivador para que a ala lésbico-feminista também se retirasse da composição do grupo, tratando aquilo como na verdade uma grande disputa entre homens por prestígio. O SOMOS sofreu um racha 3 anos depois, mas, apesar disso, deixou um legado para o que seriam os movimentos sociais LGBT formados posteriormente. O Lâmpião disseminou várias coisas que eram discutidas pelo SOMOS – como resultados de assembleias universitárias e entre militante e anúncio das discussões sobre os direitos civis para gays que eram demandados no norte do mundo - e isso desencadeou na situação de que vários grupos de gays pelo Brasil se sentiram inspirados e formaram seus próprios grupos ou células posteriormente. (TREVISAN, 2018)

Para Ronaldo Trindade e em oposição a Trevisan, essa mudança de ares dentro do SOMOS motivadas pela ascensão da Convergência Socialista internamente, encadeou na soma da luta homossexual com a formação do PT e conseqüentemente a disputa eleitoral no período de redemocratização. Segundo Trindade, esse foi o princípio de uma jornada de trânsitos de homossexuais tanto em campanhas como em gabinetes partidários. Isso representou a mudança de estilo de militância, que naquele momento saiu das ruas enquanto protestantes que demandavam direitos civis, visibilidade respeito e passou a ser um agente influenciador nas pautas internas tanto dos partidos como do Estado. Um constatação para ele disso, é o do sucesso na mobilização de recursos que militantes homossexuais conquistaram para a realização de um programa de prevenção e assistência de pessoas com HIV/AIDS. (TRINDADE, 2018)

Outros muitos casos de violências para com pessoas LGBT foram pouco divulgados, mas hoje, graças ao esforço de grupos como o SOMOS, o Grupo Gay da Bahia, a Rede Trans

Brasil, O Grupo de Ação Lésbica e tantas outras, são amplamente conhecidos e rememorados como uma má lembrança necessária, a fim de evitar a inocência e o desreconhecimento dessas pessoas. Um caso marcante foi de quando com o AI5 foi instituída deliberada perseguição de pessoas com “conduta homossexual” que eram empregadas pelo governo. Em 1969 rodou uma lista estabelecida a partir de um evento nomeado como Comissão de Investigação Sumária que culminou com a cassação de 44 funcionários do Ministério das Relações Exteriores, acusados de serem propagadores dessa conduta tida como depravação. (informação acessada no site [memóriasdaditadura.org](http://memóriasdaditadura.org))

Outro dilema que é arrastado desde a constituição dessas pessoas em comunidades forjadas por questões de sexualidade, é o debate sobre a identitarização LGBT. Num momento no qual tentavam articular a percepção da homossexualidade como um terceiro sexo, eram exigidos daqueles que se identificavam com essa distinção por conta da sexualidade – como aqueles que carregavam isso por natureza (ou seja, nasciam assim) e detinham algum tipo de sensibilidade especial, assim como evocado por Wilde, e aqueles que desenvolviam isso ao decorrer a vida. Essa perspectiva já era utilizada como uma espécie de hierarquizador daquelas vivências – de modo que até hoje se perpetua um senso comum que estabelece mais legitimidade àqueles que tem mais percurso de confronto com a sociedade por conta de sua sexualidade, graças ao fato de viverem isso desde a tenra infância, e àqueles que mais dominam objetos culturais tratados como relevantes para a socialização entre pessoas LGBT. Esse era um debate pautado inclusive por um grupo que antecedeu o SOMOS, nomeado como Turma OK. Esse grupo era carioca e foi um grupo histórico que realizou de festas, concursos de beleza e eventos de arrecadação para apoio de pessoas homossexuais em situação de vulnerabilidade. (SOLIVA, 2018)

Trevisan aponta que a mudança de paradigma quanto a ideia de natureza da distinção ocorreu após Stonewall em 68, no qual vários grupos seguiram seu exemplo e passaram a atuar com muito mais radicalidade política. Tais grupos pleiteavam a integração completa na sociedade existente, lutando por uma mudança estrutural na sociedade na qual ocorresse o fim da sociedade dos “normais” - os cidadãos em detrimento dos “anormais” - os sem direitos. Essa luta visava destruição do enquadramento das pessoas em categorias - como homem, mulher, hétero e homo. Era a ideia de que não existia distinção de intelecto e espírito entre diferentes tipos de humanos, mirando provar que a distinção por gênero e sexualidade era contingencial.

A luta consistia majoritariamente em combater às chamadas opressões culturais. (TREVISAN, 2018)

Uma das estratégias para confrontar essa sociedade dos normais, era a da “desmunhecação”, na qual, para além do confronto físico direto com os mantenedores do padrão, a ação gritava a respeito da artificialidade contida tanto nos repertórios de ação política enrijecidos e sérios da esquerda até então, quanto nas disposições poéticas/transformativas/críticas dos novos movimentos sociais que tinham o hábito de consolidar novas identidades calcadas em estabilidade e idoneidade. Essa postura de percepção irônica de tudo as colocava em lugar de pouca seriedade perante os demais movimentos, todavia representava desde cedo uma ruptura ética para com a tendência de demarcação de possibilidades e produção de identidades tão cara àquela dinâmica disputa de cidadania por parte das populações subalternizadas. No Brasil isso se refletiu nas primeiras campanhas pós assembleia constituinte protagonizadas por homens gays e mulheres lésbicas (à época não foram vencedoras, mas revelaram um pouco dessa postura), como também desembocaram na valorização do modelo sexual-afetivo do gay-gay, que à época, era sinônimo de um modelo combatente das binariedades de gênero características também nos relacionamentos homossexuais. Era a permissividade para que corpos afeminados e/ou com expressão de gênero pouco marcada relacionam-se entre si.

O movimento LGBT (à época majoritariamente gay) nasceu como movimento organizado no processo de abertura política da ditadura. Ele tomou forma na medida em que o Brasil se deparou com a epidemia de HIV/AIDS e aquilo que estava constituído como Movimento Homossexual Brasileiro conseguiu adentrar o Estado e, junto a ele, criar um programa de combate ao alastramento da AIDS e em prol da saúde dos infectados. O governo investiu em entidades saídas do ceio da sociedade civil, visto que existia um desincentivo dos especialistas em saúde pública de inclusive conceder leito para pacientes soropositivos. No entanto o sucesso dessas identidades tomou uma forma hoje acentuada como um dilema que as pessoas LGBT ainda se deparam. O dilema aqui foi que como o espraiamento do movimento se deu a partir da necessidade de uma atuação perante a epidemia, o formato de organização com foco na vivência sexual mais livre da comunidade que era um modelo em expansão em outros países, foi substituído pela formação de pessoas que soubessem tanto técnica quanto socialmente sobre os impactos do HIV/AIDS. A forma que isso tomou foi a de encaminhamento de recursos para ONGs que se formaram rapidamente com fins de mapear tal impacto. O Grupo Gay da Bahia é um exemplo. Atentos a esse formato, os iniciáticos



movimentos sociais logo se institucionalizaram a ponto de tornarem-se ONGs. Isso, conseqüentemente, além de ter transferido a tutela das discussões sobre sexualidade para um braço do Estado, também devolveu várias das pessoas que flertavam com um movimento social de caráter de embate cultural radical para o “armário”.

No que diz respeito ao Grupo Gay da Bahia (o GGB), Luiz Mott seu fundador e presidente interino desde sua fundação, relata qual foi a importância das verbas e de sua “brilhante trajetória” (segundo ele mesmo) para consolidar o grupo, permitindo a ele acompanhado do grupo ser capaz de determinar sobre a despatologização da homossexualidade, sobre o mapeamento de mortes de LGBT, assim como influenciando grupos do Brasil todo na concessão desse poderio adquirido gay para a consolidação de lutas interseccionais e protagonizadas por pessoas que não apenas os homens gays brancos. Tanto a jornada como a biografia de Mott são controversas para diversos militantes e escritores, no entanto o GGB perpetua seu legado sendo o componente da sociedade civil mais consolidado do movimento LGBT latino-americano. (MOTT, 2018)

A crise da AIDS também estabeleceu um novo padrão estético para os homens gays. O primeiro caso de relato de existência da doença no Brasil foi em 83. Enquanto na década de 70 houve uma valorização tanto dos homens gays assumidos e de uma estética mais andrógina, em 80 o corpo másculo e musculoso passou a ser valorizado como um artifício para que esses homens pudessem se livrar do estigma da doença. Isso acontecia porque as primeiras propagandas veiculadas sobre a gravidade da AIDS tanto pelo governo quanto por meio de discursos adensados pela Igreja, indicavam a doença como um câncer gay – e que também era associado às pessoas em alguma situação de marginalidade. Essas pessoas geralmente tinham o corpo magro que logo salientava a doença. A estética barbie (a das gays bombadas) foi uma resposta a isso. (GREEN, 2000; TREVISAN, 2018.)

A população de travestis foi ainda mais vulnerabilizada diante do alastramento da doença. A perseguição para com elas chegou em um ponto que as prisões compulsórias foram retomadas em 1987 na nomeada Operação Tarântula, a qual foi influenciada pelas pesquisas do delegado e criminologista, à época, Guido Fonseca. Elas refletiam os estudos de Lombroso e tinham como princípio primeiro enquadrar e levar para a delegacia as travestis e depois disso verificar se ofereciam algum risco ou eram suspeitas de algo. A Operação não durou muito, no entanto ela serviu para adensar um legado de violência para com as travestis, afinal, logo após o seu desmantelamento, diversas travestis foram mortas e feridas na cidade de São

Paulo. As suspeitas dessas ações recaíram tanto sobre a polícia como sobre um grupo de extermínio de travestis e gays que poderia ter surgido na época. O documentário “Temporada de Caça” de Rita Moreira resgata um pouco do horror desses dias. A perseguição desenfreada às travestis, desencadeou em um processo reconhecido como um êxodo dessa população nas décadas de 80 e 90, período no qual várias delas foram tentar a vida na Europa, em busca de uma vida de menos dor, realização de sonhos e enriquecimento. (MOREIRA, 1988; VERAS, 2017)

Um caso emblemático de assassinato motivado por homofobia, foi o de Luis Antônio Martinez Correa, famoso diretor de teatro brasileiro que foi vítima de um crime hediondo em 1987. Sua morte desencadeou em protestos de vários entes de comunidades e movimentos sociais LGBT, assim como da classe artística paulista. Tanto o crime, quanto a mobilização gerada em torno dele, fizeram com que a mídia rememorasse e denunciasse a precária situação dessas pessoas.

Regina Facchini aponta esses fatos anteriores, de formação do grupo SOMOS e Lampião da Esquina e a onguização do movimento LGBT, como duas, das três ondas nas quais ela divide a história de organização desse movimento. Essas ondas são nomeadas como “o centramento”, a “mainstramização” (traduzo como popularização) e a “sidestreamização” (traduzo como multiplicação). A terceira onda é marcada pela capilarização do movimento LGBT em formatos que se estendem para além de ONGs. Movimentos sociais, setoriais partidários, grupos religiosos e universitários e etc. Na terceira onda as reivindicações passaram a ser mais voltadas a construção de políticas afirmativas e criação de circunstâncias, espaços para a formação e encaixe da população LGBT na idealização do sistema participativo. Também foram estendidos os serviços de assistência social por todo o país, as quais auxiliaram na formação de militantes para a mobilização em torno do Fórum LGBT nacional. O Fórum desembocou no plano Brasil Sem Homofobia, que visou principalmente a criação de mais centros de assistência de saúde, recuperação e moradia dessas populações. Foi na terceira onda também que grupos de lésbicas, travestis e transsexuais, ganharam mais visibilidade, protagonismo e com isso exigiram que o desígnio popular sobre a população deixasse de ser gay, homossexual, GLS e passasse a ser LGBT e com sigla em expansão. (FACCHINI, 2005; FEITOSA, 2018)

Essa penetração dos movimentos em partidos políticos e organizações mais consolidadas também enfrentou controvérsias no início, mas passou a ser um padrão de organizações

políticas. Os primeiros pronunciamentos de desconforto, declaravam a homossexualidade como uma questão de desvio e ociosidade pequeno-burguesa, a qual seria limada numa estrutura determinada por trabalhadores. Segundo Ronaldo Trindade esses sujeitos começaram a encontrar uma fissura, na medida em que grupos trotskistas mais liberais ganhavam popularidade. (TRINDADE, 2018)

O reconhecimento de um setorial dentro de um partido começou na formação do PT, a qual, segundo é apontado por Trindade, teve haver também com o começo da formação de um partido de esquerda urbano e amplo, que reunia um imenso contingente de pessoas de variados repertórios de ativismo diferentes, justamente por precisar preencher a exorbitante quantidade de inscritos exigidos na lei eleitoral da época. (TRINDADE, 2018)

De todo modo, e posterior a situação da formação do PT, essa instrumentalização da população LGBT por parte dos partidos não tornou-se recorrente e não foi subaproveitada. Trindade indica que por muitas vezes a estratégia utilizada para instrumentalização dessas pessoas foi a das totemizações, ou seja, o uso da imagem de um perfil que demarque a presença do apoio de minorias políticas ocorrendo para sugerir uma aparência falsa de democratização do partido e/ou de pluralidade sincera. Para ele, esses foram recursos utilizados posteriormente, os quais desencadearam em uma prática na qual muitos partidos e demais grupos. Esses começaram a se nomear pró-diversidade para angariar votos dessa população. Ainda assim é memorável que nem esse aproveitamento da população, foi capaz de reduzir a força de conquistas, reconhecimento e posições internas que foram adquiridas, graças a essas aberturas obtidas. (TRINDADE, 2018)

Em meio a essa renovação da imagem da população LGBT, diversos governos estaduais perceberam o potencial turístico e rentável nas paradas, de modo que, estenderam esse modelo de centros e grupos voltados a assistência dessas populações também como um retorno às investidas mercadológicas que essa população produziu. Com isso foram criados roteiros turísticos que exploraram massivamente esse tipo de entretenimento. Zonas decoradas e musicadas nos moldes das badaladas boates gays internacionais. Sua forma criou tanto múltiplos simulacros do exterior por todo o Brasil, como também nichos que subdividiram identidades dentro dessas população. Paizinhos, ursos, barbies, fanchonas, bonecas e tantas outros estilos foram categorizados a ponto de criarem novos nichos de pertencimento mediados por consumo. Isso passou a se dar através de boates, saunas, aplicativos e marcas que investem de semana em semana em uma dessas diferentes formas de

ser, explorando tão massivamente essas subjetividades que não raro surgem outras e outras a fim de substituir a moda passada. (VIDARTE, 2019)

Outra coisa que mudou paulatinamente na medida em que os debates avançavam foi a evolução da imprensa LGBT brasileira, que passou do Lampião da Esquina e do ChanaComChana entre o fim de setenta e começo dos anos 80 com conteúdos majoritariamente políticos e revolucionários culturalmente; caminhou pelos boletins divulgando dados e informações sobre o HIV/AIDS fornecidos pelas ONGs; ganhou fama graças às revistas de nu masculino que ora divulgavam também informações sobre o HIV/AIDS, ora faziam revelações de ensaios pornográficos de personalidades cobiçadas e por vezes inesperadas, encaixando ambos em entrevistas de personalidades relevantes do mundo gay, as quais por vezes eram sérias e por vezes eram acidíssimas; viveu seus dias de ultraje com as chamadas “glossy magazines” que eram basicamente revistas de propaganda consumista, que glamurizavam a vida do gay branco bombado de classe média; ascenderam na era virtual pelos blogs com multitemas associados a um universo LGBT e hoje se ramificam em múltiplas comunidades virtuais, canais de youtube e jornalismo que vão desde apresentação de acervo e conteúdo memorial, até cobertura de reality shows voltados para pessoas interessadas em cultura LGBT. (RODRIGUES, 2018)

Mais recentemente (2008, 2011 e 2016) aconteceram três Conferências Nacionais LGBT no Brasil, todavia, assim como as demais conferências, ambas tiveram caráter de construção de agenda, reconhecimento de ações sendo realizadas ao redor do Brasil e a criação de redes nacionais de militantes. Apesar da agenda constituída, poucas foram as medidas nacionais, assim como políticas realizadas que tangiam a população LGBT. (FEITOSA, 2018)

No que diz respeito às políticas públicas voltadas à população LGBT, estamos na seguinte conjuntura: Em 2011 foi lançada a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT, a qual unificou por exemplo a Portaria sobre o processo transexualizador garantido pelo SUS, às diretrizes nacionais de prevenção e tratamento do HIV/AIDS. Ela foi importante, pois trouxe consigo a demarcação de que o governo, à época, acenava para uma abertura ideológica e estrutural para as pessoas LGBT. Isso sucedeu em políticas que instituíram a criação de Conselhos e Coordenadorias estaduais e municipais, a fim de construir e fortalecer uma rede de políticas públicas LGBT no país inteiro. Em 2012 foi lançado o relatório de violência homofóbica no país, o qual tornou-se importante instrumento para explicitar a

situação de existência e precarização da população LGBT. O casamento homoafetivo é considerado legal desde 2011 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2013 foi decretado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que todos os cartórios devem realizar e oficializar as uniões homoafetivas que lá forem solicitadas, contudo ainda existe um desfalque para com essa concessão quando os dados são cruzados com os dados da Receita Federal. De modo que, no caso de registros de crianças registradas com parentalidade associada a casais homoafetivos, pode-se vir a ter problemas com herança, pagamento de dívidas, posse em concurso público, registro de propriedade e demais coisas que envolvem o cadastro na Receita.

Em 2018 foram homologadas 93 candidaturas de pessoas com pautas que mencionavam população LGBT ou eram LGBT. Em janeiro de 2019 o STF decretou que os casos de LGBTfobia, ou como eles trataram na sessão do Supremo - homolesbotransfobia – seriam enquadrados na lei de racismo, respondendo a uma pauta que por tantos anos foi carro-chefe da militância brasileira. Existe controvérsia sobre a criminalização da LGBTfobia, visto que diversos estudos críticos ao Estado penal denunciam para quem a criminalização aponta nos casos de penalização, os quais, de modo geral, são instrumentalizados deliberadamente para encarcerar pessoas negras e pobres, em detrimento de pessoas brancas. Isso ocorre não só por conta dessa tipificação criminal específica, mas é um sintoma geral detectável no sistema penal brasileiro. Outro ponto que é elencado, é o da incapacidade de ressocialização por parte da prisão no Brasil, a qual, ao invés de instruir para que uma pessoa saia de lá menos homolesbotransfóbica, adensa uma estrutura de ódio e violência para com essas pessoas, além de práticas discriminatórias que tratam o desvio da sexualidade heterocentrada com e como punição. Esses argumentos ainda que não sejam utilizados especificamente para pensar no cenário da criminalização da homolesbotransfobia, são reflexões já consolidadas a respeito de crimes como o racismo e a violência contra a mulher. (VECCHIATII, 2018)

## **Sobre os dilemas entre militantes LGBT e queer**

Ainda que parte dos militantes queer pleiteiem o foco na violência como um eixo entre os precarizados e demandem uma iniciativa do Estado perante a isso, uma crítica consistente também carregada por autores queer como Joshua Gamson e Sérgio Carrara, é a de que o foco na institucionalização da luta por emancipação e extensão/garantia de direitos de pessoas LGBT, reforça a idealização de arquétipos muito específicos, os quais acabam reforçando por exemplo a branquitude e masculinidade. Esses denunciam esse dilema, alegando que ele se soma ao fato de que existe uma linguagem jurídica (e de direitos) que é preponderante nas negociações/reivindicações para com o Estado, de modo que, para além da exclusão motivada por imagem – que é o que esse princípio arquetípico/corporificado produz; também existe uma exclusão motivada por especialização em linguagem jurídica e capacidade de articular instrumentalizando essa linguagem. (GAMSON, 2006; SÉRGIO CARRARA, 2016)

Essa escolha de repertório, de pleitear algo utilizando nesse modo de diálogo um arquétipo específico de corpo LGBT, ou seja, uma imagem inteligível e higienizada para o Estado, mas limitante e desonesta para aqueles os quais se pretendem representar, desencadeia no que autores queer denunciam como uma espécie de desfoco proposital da luta contra às opressões culturais. Ao limpar essa imagem das pessoas desviantes por conta de sexualidade, acaba-se por reforçar uma imagem de pessoas que precisam estar conformes aos padrões de aparecimento impostos socialmente e que só mantém uma vida discrepante da do resto no âmbito privado – no caso em seus quartos. Ou seja, são pessoas que não operam em luta ante às opressões culturais erigidas. (VIDARTE, 2019)

Esse dilema pode ser apontado como uma das questões que sempre permearam às populações LGBT e Queer e, ao assumí-lo, torna-se mais fácil também compreender a multiplicidade de expressões de sexualidade e/ou gênero e/ou performance social que constantemente tornam-se populares e que, para o meu entendimento, nada mais são do que a incompatibilidade ou simplesmente os entraves representativos e culturais entre diferentes gerações de pessoas ou pessoas que habitam diferentes espacialidades, as quais se consideram pertencentes a esse bojo, o qual popularmente no Brasil é chamado de Vale.

Peter Fry e Nestor Perlongher, por exemplo, apontam a mudança dos paradigmas de corpos desejáveis entre homossexuais brasileiros moradores de zonas urbanas entre meados da

década de 60 e 80. O modelo vigente na década de 60 era o que ele chama de bicha e bofe – a bicha era um corpo muito afeminado que tinha como função operar na relação todos os papéis atribuídos ao feminino – ser passivo no sexo e, se em um relacionamento estável, cuidar para organizar a vida doméstica de seu macho; o bofe em contrapartida mantinha uma performance hipermasculina, na qual, para além dos trejeitos violentos e rústicos, esperava-se que ele fosse ativo no sexo e provedor financeiramente. Essa encadeamento de noções sobre o corpo é posteriormente apontado por Butler como uma estrutura configurada a partir de “matrizes de inteligibilidade”, as quais são a base da compreensão de que o comportamento do corpo dissidente tem expressões e desejos consequenciais e essencializadas. (FRY; MCRAE, 1983; PERLONGHER, 1987)

Em 60 começaram a ganhar visibilidade e proeminência também as primeiras travestis que se assumiam como travestis integralmente, num radical que não era temporário, mas permanente. Ou seja, elas não se vestiam só para ocasiões específicas e para o carnaval como ocorria até meados de 50, as travestis passaram a assumirem-se, vestirem-se e se portarem durante todo o tempo. A ascensão desse modelo de representação de si ressignificou a tradução midiática e conseqüentemente a compreensão popular sobre o que era o corpo travesti. (VERAS, 2017)

Na década de 70, por influência daqueles que os autores apontam como “os teatrólogos” – a elite intelectual paulistana que aderiu práticas não heterossexuais – o modelo que passou a ser valorizado foi o modelo gay-gay, em que, para além da permissividade em relação a versatilidade sexual dos engajados no modelo, também era permitido que eles performassem coisas entre o arquétipo de macho X efeminado. Perlongher aponta que no entanto, dado o esvaziamento intelectual gradual da análise crítico-teórica dessas práticas, assim como a partir da cooptação por um sistema comercializador de suas vidas e estéticas, o modelo gay-gay foi sendo convertido para o modelo gay-macho X gay-macho, no qual ser afeminado passou a ser um demérito e a necessidade de performar masculinidade tinha como função a sedução de um parceiro ainda mais macho. Ele apontava diretamente que reprodução do roteiro de uma sexualidade aos moldes das relação heterossexual macho-fêmea estava ligado ao desconhecimento de repertórios críticos e alternativos a esse. Ao passo que isso aconteceu, o corpo das travestis passou a demarcar uma separação ainda mais pronunciada daquilo que era compreendido como o corpo masculino padrão. Para além da indumentária constante, os corpos travestis demarcaram um desprezo para com os que eram para elas somente

efeminados e dúbios, fato que influenciou na demanda da terapia hormonal e no começo do tempo cirúrgico das travestis. (TREVISAN, 2018; VERAS, 2017)

As cirurgias encadeadas por essa nova demarcação também separaram os corpos mais femininos daqueles que eram menos femininos, e isso, acabou concedendo uma respeitabilidade para esses corpos proporcional à passabilidade. Ou seja, maior similaridade com que era entendido como mulher natural, desembocava em mais valor interno para comunidade e externo para os potenciais desejanter desses corpos. Essas pessoas que consideravam-se muito mais bem arranjadas que suas primas pobres, as travestis, nomearam-se transsexuais. Enquanto isso, às travestis coube a marginalidade e a representação veiculada delas como a encarnada manifestação do abjeto. (VERAS, 2017)

A dicotomia não necessariamente excludente alavancada por esse embate entre grupos que tinham como sua base uma agenda mais identitarista e grupos que visavam essas políticas que nessa monografia foram elencadas como mais queers, ainda tiveram espelho na associação de pessoas bissexuais ao movimento LGBT, assim como são uma discussão de grande impacto e central entre a população trans.

Regina Facchini aponta em seu artigo “Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades” que a bissexualidade como identidade política mesmo que clame por um lugar demarcado e nomeado, fia-se justamente na política de fluidez do desejo, na qual essa identidade é resumida na ideia de condição e não de essência. Segundo Facchini, o surgimento da militância no começo dos anos 2000, representa um dos passos brasileiros para a cisão de uma perspectiva majoritária essencializante do corpo gay e lésbico, assim como para abertura de uma agenda dessa que viria a ser denominada como a agenda queer, ou como Regina nomeia, o começo da “sidestreamização” do movimento LGBT. (FACCHINI, 2018)

No que diz respeito a população trans, existem discussões constantes que separam a transgeneridade da transsexualidade por exemplo, na qual a primeira eleva como uma espécie de transgeneridade múltiplas identidades, as quais consideram pessoas não binárias. Já a identidade transsexual é reivindicada na medida em que a pessoa transforma seu corpo com base em hormonização e em cirurgias. Logo, a partir dessa perspectiva, é mais transsexual quem mais se aproxima de um padrão estético e de passabilidade em ambientes sociais, até o ponto de tornar sua transição indetectável.



A agenda queer portanto é enredada com base em como as opressões culturais cria circunstâncias de violência contra essa população. Assim como no argumento visitado de Preciado, elas são motivadas por questões cruciais – como desigualdade de gênero, transferências dos debates sobre sexualidade para o campo das ciências naturais (biologização-medicalização-genética), presença da religião como norteador de perspectivas que distratam suas existências, invenção da heterossexualidade como a própria normalidade e a afirmação das múltiplas sexualidades como expressões ‘não-heterossexuais’, de modo que reforça a ideia de si (população LGBT) como “não-sendo algo”.

Com foco nisso, Carrara revela que para fins de ataque às opressões institucionais, a estratégia da identitarização parece ter se mostrado proveitosa e capaz de render muitos frutos. Contudo, no que diz respeito às inúmeras opressões culturais e a constante demandar criada por novos sujeitos em prol da dissolução e/ou a renovação de categorias que são as matrizes referenciais dessas, a perspectiva queer é uma importante aliada para que haja uma constante superação desse modelo de representação de si que acaba sempre sendo localizado contextual/temporalmente – e que reforça padrões de vivências LGBT estadunidenses. É uma reivindicação da identidade tática por si. É temporário, transitório e não essencialista, afinal a manutenção delas tende a reduzir a importância cotidianamente daqueles que não estão em concórdia com o modelo arquetípico. (CARRARA, 2006)

Um sintoma disso é construído por Larissa Pelúcio a partir de um referencial crítico sobre os dilemas dessa agenda mais focada na identidade. A antropóloga identifica nesse processo de desenvolvimento da identidade gay a partir desse resultado da transferência do centro dos debates sobre sexualidade para o filtro das ONGs, instâncias da saúde e tendo como subsidiário principal o próprio Ministério da Saúde, aquilo que ela chama de “cidadanização”. Ou seja, Pelúcio indica que o processo de construção da cidadania gay, se dá a partir de interesses para um ação estatal sobre o alastramento da epidemia. Esse modo de construção de identidade autorizada resultou na criação de um perfil lotado de estigmas – que era a do corpo aidético, magro, frágil, promíscuo, andrógino e viciado – e que para evitá-los, demandava a limpeza desses corpos, tornando o inverso desse estigma os corpos que exalavam saúde e eram preferencialmente másculos e musculosos. Um exemplo do resultado desse tipo sujeição, foi a política naquela época adotada e que só no ano de 2020 deixou de ser a diretriz, que era a da proibição da doação de sangue por parte de homens que fazem sexo com outros homens, homossexuais, bissexuais, travestis e mulheres trans. Ela nomeia

esse como um processo primariamente emancipador e reivindicatório, mas que ganha de ser denunciado como um operador de normalização. (PELÚCIO, 2009; 2011).

Outra consequência apontada como fruto desse deslocamento de debate e assim como foi citado no começo desse tópico, foi o que Sérgio Carrara chama de processo de judicialização da política sexual brasileira, no qual ressalta que quando a luta política é redigida por meio dessa linguagem de direitos, necessariamente são enfrentadas duas consequências para democratização dessa luta. A primeira delas diz respeito aos diferentes domínios dessa linguagem, a segunda é que legislação adquirida só funcione para as pessoas a partir de uma corporificação hierarquizante - ou seja - a partir de uma escala de quem é mais e menos detentor de direito estando sujeito a uma estratificação baseada em níveis de respeitabilidade do indivíduo, sendo isso diretamente associado à sua aparência pessoal e social. Ainda que pontuando essa crítica, é necessário rememorar que essas concessões de políticas públicas favoráveis à população LGBT, foram majoritariamente conquistadas a partir do apoio no Judiciário. (CARRARA, 2016)

Quanto a isso e a essa crítica, um dos resultados foi a gradual abertura do Estado para diálogo com setores dos movimentos LGBT que estivessem discutindo coisas além do HIV/AIDS, de modo que hoje as concessões de editais que transferem as funções do Estado de amparo sobre a população LGBT, passaram a ser dadas também a grupos derivados das universidades, grupos culturais diversos e movimentos sociais, em um movimento de retirada da hegemonia da concessão de funções e verbas apenas para as ONGs. Esse apontamento sobre o hiperfoco em discussões sobre HIV/AIDS, inclusive é uma crítica que esses novos projetos fazem, visto que esses geralmente redigem sua fundamentação a partir de uma conexão entre os argumentos que associam saúde coletiva, sexualidade e família, os quais juntos soam como argumentos em prol da formação de estratégias de moralização dos comportamentos. Ao passo que isso ocorre, existe também um enfrentamento sendo travado para a manutenção das políticas de asseguramento da população que vive com HIV/AIDS, assim como da prevenção de contágio, visto que existe um esforço grandioso por parte de deputados ligados à bancada evangélica, de prefeitura de alguma metrópole, da presidência e de inúmeros outros agentes políticos, em favor do desmanche dessas políticas. (FACCHINI, 2018)

Outro ponto relevante é o de que não necessariamente essa abertura para órgãos financiados pelo governo com fins de monitoramento ou de assistência social para comunidade LGBT, tenham gerado pontes o suficiente para minimizar os índices de violência contra essas

pessoas no país. É fatídico de que a noção sobre esses números possa acontecer graças justamente às instâncias financiadas que auxiliam nesse tipo de observação, portanto é necessário mencionar que o Brasil é o pioneiro no que diz respeito ao mapeamento e, conseqüentemente, pesquisas referentes às condições de subvida da população LGBT e em especial da população trans. De todo modo, ser referência nesse quesito, infelizmente não significa muito mais do que meia dúzia de coisas conquistadas, se comparadas às mil e uma demandas levantadas.

Ainda assim, ao mencionar esse movimento que para uns é tratado como penetração no Estado e para outros uma concessão mal arquitetada e de pouco resultado, Benedict Anderson e Richard Mikolsci relatam que as disputas desencadeadas por essa alteração por parte desse Estado na concessão de licitações, criou um ambiente de embates nos quais os militantes mais antigos e com uma agenda LGBT mais consolidada, se ressentem com essas atuações que demarcam menos ou até contestam as identidades como fator essencial para tal concessão. Miskolsci aponta que essa oposição taxada entre identitários e queer é também uma resposta desses movimentos organizados sob o Estado às críticas que são redigidas tanto a organização desses, quanto à sujeição desses movimentos ao mercado e também em relação à baixa presença, influência e incidência dessas estruturas estatizadas na vida da população que representa. (ANDERSON, 2008; MISKOLCI, 2018)

Outros autores apontam que em detrimento dos conflitos entre essas maneiras de se construir um repertório de militância e agenda política para a população LGBT, faz-se necessário pensar num modo de atuação cunhado por Gayatri Spivak – chamado “essencialismo estratégico” – o qual refere-se à adoção de uma prática política fincada na ideia de ficção naturalizante das identidades como meio para a obtenção de direitos. Essa é a mesma estratégia apontada por Gamson, supracitada no capítulo anterior. A partir do essencialismo estratégico assume-se a importância das formações identitárias erigidas no século 20, se performa criticamente elas e as utiliza com fins de demandar políticas estatais para a proteção de si. (GAMSON, 2006; SPIVAK, 2010)

Todavia, a ação que outrora tinha se mostrado como determinante para essa inscrição identitária - “a saída do armário”, mostrou-se muitas vezes como um privilégio daqueles que tinham condições materiais e simbólicas para tal. Ao passo também que a própria saída do armário passou a ser inscrita num modelo no qual deixou de ser sinônimo de desmunhecação e passou a ser de conformação de LGBTs redigidos num modelo heterossexista. É como se,

hipoteticamente, a saída do armário passasse a ser uma resposta social à expectativa externa sobre aquele corpo e simultaneamente uma conformação num modelo de específico de performatividade do corpo LGBT. Desse modo, dada a conjuntura de aceitação para com esse corpo LGBT, a saída do armário fosse ao invés de uma técnica de subversão, na verdade a assunção de uma categoria a fim da uniformização da expressão de quem o faz.

Uma evidência disso é quando são observados os debates sobre a regulamentação do casamento entre pessoas LGBT, nos quais a associação entre o reconhecimento e dignidade dessas pessoas está diretamente associado à capacidade que elas têm de união matrimonial, manutenção de propriedade e capacidade de constituição familiar nos moldes mais reciclados das famílias tradicionais heterossexuais o quanto possíveis.

É interessante pensar por exemplo que um survey recente realizado pelo tinder no Canadá, indicou que numa pesquisa de 20 mil jovens até os 25 anos, 1/3 deles se identificava enquanto não heterossexual e 1/5 falava sobre não monogamia e no entanto apenas uma pequena parte indicava-se como fora do armário. (THEM, 2020)

Visando esses dilemas, Leandro Colling aponta em seu texto “Que Os Outros Sejam o Normal” no qual estuda os relações entre a militância LGBT institucionalizada e a militância mais queer na Espanha. Ele aponta que as paradas espanholas alçaram fins muito mercadológicos, passaram a ser símbolo da apresentação de marcas “apoiadoras” da causa LGBT e pararam de se atentar para debates políticos substancias. No caso das pessoas LGBT na Espanha, para ele, são as políticas públicas que visam a saúde da população imigrante ou a dignificação de sua condição enquanto cidadã do país. Ele aponta que a despeito do tamanho da representação queer por lá, é notável inclusive em ambientes mais institucionalizados como ONGs, universidades e redes de assistência social, que há uma ausência de inserção do debate sobre populações ainda ainda mais marginalizadas, como por exemplo, os migrantes LGBT na Espanha. Ele indica que essa escolha de alienação perante a situação dos imigrantes acaba por aumentar a taxa de mortalidade dessas pessoas. (COLLING, 2011)

Por conta dessa anulação forma-se um extensa comunidade pessoas não heterossexuais ou cis migrantes que reivindicam uma memória de seus corpos não colonizadora e que emergem inclusive contestando os coletivos mais queer, desembocando no que seria uma onda pós-queer. Essas populações fazem menção inclusive a um legado que era de terminologia da antropologia, como no caso dos termos “two-spirit” e “berdache”, que eram traduções

linguísticas para a representação de corpos não binários ou sob o que hoje reconheceríamos como corpos trans.

Com esse contexto todo em mente é importante perceber portanto que a militância LGBT institucionalizada tem como agenda principal a consolidação de marcos legais principalmente influenciados por modelos reproduzidos tradicionalmente pelo movimento gay e lésbico desde a década de 60, como focando na lei antidiscriminação e na lei do matrimônio, portarias e financiamento de ONGs. Já a militância queer é tanto mais organizada a partir de demandas advindas das universidades e campos de sociabilidade de uma geração majoritariamente de até 30 e poucos anos, como também é mais focada na construção de uma estética subversiva e em críticas culturais mobilizadas em mídias, música, produção teórica e artística. Logo, um demarcador importante disso é a diferença geracional e consequentemente de idade dos diferentes ativistas, além do grau de formação de ensino. O queer implementa-se portanto propondo táticas subversivas no que diz respeito à educação, cultura e socialização de sua comunidade e da população externa a ela.

No artigo de Lucas Bugarelli “Um impeachment, algumas tretas e muitos textões: Notas sobre o movimento LGBT brasileiro pós-2010”, o pesquisador indica que esse novo formato de demanda e militância esteve associado ao descontentamento dos militantes mais antigos para com os resultados das Conferências nacionais para política LGBT, mas também à forte inserção dos jovens no debate, somado ao extenso reconhecimento que passaram a receber por conta de sua presença em mídias sociais. As críticas passaram a irradiar com mais força e figuras que até então estavam geralmente às margens do protagonismo na militância, como pessoas intersexuais e transexuais, utilizaram de sua guinada para fazer críticas às negociações estatais. (BUGARELLI, 2018)

Isso desencadeia na questão supracitada que é a de que, ao passo que a militância LGBT institucional preza pela identitarização e identificação de todos aqueles que vivem práticas além da heterossexualidade, a militância queer parece prezar por menos nomeação no que diz respeito a isso. Ou seja, respectivamente, enquanto uma trata a categorização como parte constituinte importante na identificação daqueles que constituem comunidades próximas, para a outra o nome advindo dessa, não deve atuar como um limitador de experiências e possibilidades em questões que dizem respeito à sexualidade e expressão visível de si.

Essas diferentes perspectivas redigem também uma reivindicação sobre auto-imagem por vezes até conflitante. Enquanto que é uma característica marcante do movimento LGBT institucionalizado, a tentativa de limpeza da imagem e conseqüentemente a dissociação de temas que representam maior polêmica como o das relações poliamorosas, a das práticas sexuais de BDSM e a regulamentação da prostituição por exemplo, para as pessoas queer existe tanto a discussão desses temas, como a reivindicação sobre eles a partir de estéticas – éticas – mais disruptivas, como a da pós-pornografia (pornografias com retratos e usos do corpo de maneiras inusitadas) e a da máxima intervenção corporal. Portanto, em contrapartida a consolidação de expressões identitárias forjadas pelo movimento LGBT até meados dos anos 2000, os movimentos queer evocam outras maneiras de se expressar e abraçam esses debates tratados como mais complexos e por vezes intangíveis. (PRECIADO, 2014)

Mais uma distinção que Colling aponta em seu estudo “Que os Outros Sejam o Normal”, no qual ele analisa um levantamento sobre os movimentos LGBT no Chile, Argentina, Espanha e Portugal, é sobre como existe uma tendência dos movimentos queer a prezarem pela análise a partir da interseccionalidade e associação a outras populações marginalizadas. Portanto a inclusão de debates como o capacitismo, a situação dos migrantes e a questão das trabalhadoras sexuais, é uma característica detectável nas agendas desses movimentos em países como Chile e em Portugal, cenário o qual se repete aqui no Brasil. Isso conseqüentemente suscita que em discursos das pessoas mais alinhadas ao queer e que por vezes vão também além dessa agenda queer, constam temas preocupados com demais populações em situação de precarização e também críticas anticapitalistas e que denunciam o uso que empresas tem feito em cima das pautas e estética de pessoas “marginalizadas”. (COLLING, 2015)

Na esteira da conclusão de Leandro Colling e seguindo a linha de Paul Preciado, Paco Vidarte e Judith Butler, aponto que mesmo mediante esse conflito central na constituição das diferentes formas de idealização e atuação dessas duas frentes do movimento, reside tanto uma tanto uma adaptação menos intransigente das novas formas de se expressar e interpretar múltiplas expressões de sexualidade por parte desse movimento LGBT mais institucionalizado, de modo que, encaixam em sua estrutura identitarizante essas formas, como por exemplo a franca ascensão de expressões nomeadas como a da bissexualidade, panssexualidade e assexualidade; como também é detectável inclusive no seio do movimento queer a assunção de que certos debates tendem a ganhar mais força e podem suprir a

ampliação de uma cidadania para populações tão marginalizadas, mas que resistem constantemente em suas estruturas de proteção e de cuidado comunitário, na medida em que passam a ter consigo o resguardo por parte do Estado. Com isso e seguindo Colling argumento que na prática, apesar dos múltiplos atritos, existe uma tendência por parte de ambas as frentes a manutenção de adaptação para um ativismo de repertório sincrético. Convergindo com isso, Ana Cristina Santos aponta que esse sincretismo adotado pelos movimentos alivia no sentido de promover uma ação coletiva que faz tanto uso do lobby, quanto da ação direta promovendo o integracionismo ao Estado e as ações transgressoras ora alternadamente, ora simultaneamente. (COLLING, 2015; SANTOS, 2018)

Judith Butler trata esse movimento de convergência entre esse ativismo LGBT institucional e o queer, como pólos constituintes do que ela chama de “Nova Política de Gênero”, nos quais ela ainda insere os movimentos de pessoas transgêneras e transsexuais, intersexuais e agêneras. (BUTLER, 2018)

### **Sobre as travestis**

Outra questão a ser levada em conta e que é apontada por Berenice Bento é a de pensar a produção do feminino em que corpos que não necessariamente são designados como corpos femininos em seu nascimento. Observar esses sujeitos, sucede em compreender as características atribuídas ao feminino como um construto tratado como inferior e que é constantemente estabelecido como sinônimo de características traduzidas em emotividade, fragilidade e passividade, por exemplo. Essas características atribuídas também ressoam em corpos designados homens em seu nascimento e/ou nascidos intersexuais e que mantêm consigo signos de masculinidade, e que, quando manifestados nesses, desencadeia em nojo e ostracismo. (BENTO, 2006)

Ao inserir essa perspectiva, também é inserida a ideia de que a inscrição neste código de existência externamente generificado – de atribuição de sentimentalidade determinada para um corpo específico – acaba também por priorizar certos perfis. Bento, Butler, Preciado e outras autoras renomadas da teoria queer apontam que as mulheres cisgêneras hipoteticamente têm seu corpo generificado como um dado de sua existência e essa

antecipação de identificação simultaneamente gera uma identidade que permite que suas lutas sejam por autonomia ou direitos políticos, por exemplo. Isso advém de ideias também discutidas por autoras como Judith Butler e Paul Preciado, para os quais o próprio processo de analisar o órgão reprodutivo do feto ainda no útero, gera tanto uma expectativa, quanto um número sem fim de preparos estéticos e psicológicos regulatórios que virão a forjar uma identidade generificada após o seu nascimento. (BENTO, 2006; BUTLER, 1995; BUTLER, 2003; PRECIADO, 2018)

No caso das mulheres transexuais, travestis ou demais corpos afeminados o quadro é diferente. É como se, a despeito de essas pessoas viverem inclusive enquadradas naquilo que tratam como gênero ao qual pertencem, elas precisem provar algo com um corpo sexuado e/ou performativo que seja reconhecido dessa forma. Isso faz com que pessoas com esses corpos precisem antes solicitar o pertencimento em um padrão de gênero, ascendam à chamada “passabilidade” e assim possam reivindicar a autonomia sobre esse corpo. Logo a categorização que concede reconhecimento a esse corpo está diretamente associada a como esse corpo se mostra e o quanto ele capaz de gerar os pólos respeitabilidade e/ou desejo. (NERY, 2018; 2019; VERAS, 2017)

É importante compreender que esse anseio pela passabilidade como a estética e psique idealizada do corpo trans, é um fenômeno recente que tem seu princípio mais ou menos na década de 70. No Brasil, uma das influenciadoras dessa imagem foi a modelo Roberta Close, que tinha a imagem constantemente explorada pela mídia como dona de um corpo distinto das demais travestis. Nesse sentido travesti designava já na metade do século 20 homens que se vestiam de mulher temporariamente, depois permanentemente, mas mantendo aparência perceptivelmente masculina; depois que começaram a ter implantes cirúrgicos e depois figuras altamente marginalizadas e de imagem inevitavelmente associada ao fetiche e à prostituição. Nesse contexto, mulheres transexuais se distinguiam das travestis caso fossem muito belas (detentoras da passabilidade) e que pleiteavam ou tinham passado por operações de transformação genital. Esse tipo de chave separa o corpo do travesti da mulher trans, operando pela marginalização do primeiro em detrimento do segundo e reificando padrões estéticos e comportamentais violentos para com o sujeito que os adere e sendo questionados também por mulheres cisgêneras. (VERAS, 2017; 2018)

Outra questão que é uma marca no reconhecimento das pessoas trans é a patologização, ou seja, tratamento dos casos de transgeneridade como um distúrbio dissociativo. Esse modo de



compreender os corpos trans é uma interposição do Estado, que demanda desses corpos um processo de reconhecimento pelas instâncias de saúde e assistência social, que tem que fazer acompanhamento por um tempo e, só assim, requerer a alteração de identidade. Uma parte mais crítica das entidades trans, principalmente essas que têm herança de movimentos sociais de esquerdas e da academia, em suma, as entidades formadas majoritariamente por gerações mais novas, redige que não necessariamente deva deixar de existir um acompanhamento médico gratuito para essas pessoas, mas que a transexualidade pare de ser equiparada a uma doença e que as pessoas possam solicitar por exemplo o reconhecimento a partir de outro nome social, sem que necessariamente passem por instâncias que prescrevam elas como doentes – ou em eufemismo – portadoras de distúrbio, dissociação ou disforia. A reivindicação é para que o Estado trate a transição como trata o um acompanhamento da gravidez. Neste caso existe todo um aparato médico, mas que não é fichado a partir de uma estrutura protocolar que designe a sua condição como uma patologia. (JESUS, 2018; NERY, 2018; VERAS, 2017; 2018; PRECIADO, 2018)

No que diz respeito a essa perspectiva patologizante, existe uma teoria hoje muito veiculada entre pessoas críticas ao boom de saídas do armário de pessoas trans que estamos vivendo nos últimos anos, que é chamada de autoginefilia. Ela advém de uma teoria de baixa penetração cunhada pelo autor Ray Blanchard, que indica que o processo de transexualização é ou uma continuidade de uma homossexualidade (são as transsexuais homossexuais) realizada por pessoas que desejam atrair corpos de homens heterossexuais e, por conta disso, transicionam a fim de serem mais desejosas para seu parceiros desejados; e pessoas que vivem o processo graças ao fetiche muito materializado do seu corpo vestido com lingerie e por vezes com instrumentos que emulam órgãos sexuais “femininos” (os autoginéfilos). Essa teoria ganhou notabilidade graças a popularização dos termos em comunidades críticas de gênero no Reddit por exemplo e foram alavacadas graças a uma teoria conspiracionista que também circula que é a da a feminização induzida por alimentação que vem acontecendo paulatinamente. Os induzidos são chamados de soyboys. (SERRANO, 2020)

Além dela foi veiculada desde 2016 uma teoria chamada ROGD (Rapid-Onset Gender Dysphoria) e ela prega que as múltiplas discussões acontecidas na internet que propagam a popularização dos corpos trans, tem desencadeado num efeito influência e imitação por parte de adolescente (até os 21 anos) e conseqüentemente desembocado e transições que irresponsáveis no que diz respeito à saúde do sujeito que transiciona e que por é componente

de uma agenda de desvirtuamento da sociedade. A socióloga Florence Ashley indica em seu artigo sobre ROGD no livro “TERF Wars” que o uso desse argumento é simplesmente um recurso que instrumentaliza linguagem científica e que inclusive retoma a ideia de sexualidades diversas como parafilias, a fim de reforçar a possibilidade do lobby a respeito das curas trans e gay nos EUA, assim como colocar as pessoas trans em um lugar de incapacidade perante instâncias que têm o poder regular sobre os anseios desses sujeitos. (ASHLEY, 2020)

Teorias como essas são problemáticas, pois além de reforçarem modelos específicos de experiência transexual, falham em pensar as diversas representações do corpo. Um exemplo é do arquétipo advindo da teoria da autoginefilia na qual resume o corpo vestido de lingerie como uma experiência narcísica isolada dos corpos disfóricos. A argumentação não leva em conta que a lingerie pode vir a ser uma questão apreciada não só por corpos trans, mas também por corpos cis. Ou seja, mulheres nascidas mulheres também cultuam e valorizam a beleza de seus corpos vestidas em uma lingerie. A antropóloga Julian Serano que é uma estudiosa sobre a proliferação de discursos com o termo autoginefilia na internet, indica que terminologia semelhante é menos notável no caso de pessoas trans nascidas mulheres e que estão em transição para corpo na categoria homem. (SERRANO, 2020)

Bento ainda aponta que a escolha desse repertório que trata a transsexualidade como patologia, é próprio da aceitação do Conselho de Medicina Brasileiro do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais que veicula essa essencialização internacionalmente desde 1983 e que inviabilizava expressamente as cirurgias de transgenitalização até o ano de 1997. (BENTO, 2011; DSM-5, 2014)

Ela alega que esse formato é destoante dos inúmeros avanços contidos na legislação brasileira no que diz respeito às pessoas transsexuais. Um exemplo eram as portarias veiculadas em universidades públicas (como normativa de algumas universidades) e em hospitais (anunciadas pelo Ministério da Saúde), as quais outorgavam sobre o reconhecimento de pessoas trans pelo nome social nos espaços em que as tangem e que de tanto causarem, tornaram-se norma. Desde de 2018 a mudança do registro de nome é permitida em cartório sem a necessidade de judicialização do processo, mas isso deu por uma ação perpetrada pelo STF. Por conta disso, Bento aponta o dilema desse duplo paradigma de tratamento para com pessoas transsexuais. Ao passo que para algumas partes do Estado, especialmente essas que prescrevem pareceres técnicos sobre o mundo ao seu redor, existe uma iniciativa de

reconhecimento e de concessão de cidadania para essas pessoas nos demais espaços capazes de gerar leis advindas de representação popular que tenham resultados mais amplos e que afetem estrutural e em debate a sociedade de modo geral; permanece sendo perpetrada uma disputa na qual no Legislativo e no Executivo, para fins de manutenção de governabilidade e de sujeição – se não confissão – às instituições mantenedoras do conservadorismo no país, que não outorga, tampouco se pronuncia para que passos sejam dados com fins de reconhecimento e concessão de condições menos precarizadas para as pessoas trans. (BENTO, 2011; IRINEU, 2018; JESUS, 2018; FEITOSA, 2018;)

Jaqueline Gomes de Jesus aponta que desde 92 estão se formando entidades que reivindicam questões específicas de uma agenda da população trans. Primeiro veio a ASTRAL no Rio e em 93 elas criaram a própria entidade (ENTLAIDS) para pensar na vulnerabilidade de pessoas trans mediante a epidemia de HIV/AIDS. Hoje existem por exemplo o IBRAT, a ANTRA, a ABHT (Associação brasileira de Homens Trans) e diversos coletivos com número grande de filiados. O formato de assistência da população trans também é composto por ambulatorios focados nessa população (que são um avanço, mas de distribuição extremamente desigual entre os Estados), setoriais dentro de programas governamentais de assistência social, ONGs e Casas auto-geridas. (JESUS, 2018)

A se pensar nas portarias do nome social e na lei cobertura na saúde pública do processo transexualizador, fica evidente esse percurso de progressivo reconhecimento da existência dessas pessoas. Na esteira dessa crítica, Bento ataca às práticas de pinkwashing perpetradas pelo Estado brasileiro, as quais fazem o uso já há algum tempo da retórica de ser um país valorizador das existências e cultura LGBT, contudo que permite e adensa políticas de morte para essa população. Ela trata o pinkwashing como um processo ancorado numa relação com as políticas calcadas no pensamento de Gilberto Freyre que celebra a flexibilização e a tolerância como traços marcantes daquilo apontado como cultura brasileira. Todavia ela confronta a ideia de sincretismo como característica cultural benéfica assim como nas leituras freyrianas e menciona que no que diz respeito à população LGBT, a tolerância é sempre marcada por um processo de esvaziamento e/ou higienização de traços marcantes dessas populações inseridas. Nisso reside uma ética de um processo normalizador sobre a marginalidade, o qual instrumentaliza essas populações a partir da estetização e do esvaziamento. Bento pontua que a partir dessa crítica que ela recorre, é observável aquilo que ela chama de democracia legal de fachada, a qual tem como significado que a despeito de

existirem leis que anunciem simbolicamente a conformação aos direitos humanos e, portanto, prezem por resguardar populações vulnerabilizadas, o Estado se mantém omissivo mediante às práticas de exclusão e violências sofridas por essas populações. (BENTO, 2006; 2011; 2017)

Uma evidência dessa omissão do Estado é a imensa taxa de mortalidade de pessoas transexuais, os números que relatam por alto quantas dessas pessoas trabalham no mercado do sexo (prostituição, pornografia...), os níveis de analfabetismo funcional e quantas delas estão em situação de subemprego<sup>1</sup> ou desemprego. E com um contorno também muito grave - mesmo as que tem grau de escolaridade maior, não são contratadas de modo geral por questões de aparência. A vulnerabilidade que sofrem também é marcante em boa parte dos espaços de sociabilidade que ocupam, tendo sempre de negociar sua ocupação no mundo e, quando aceitas, sendo por vezes chantageadas e instrumentalizadas para sustentar chefões da prostituição, psiquiatras (através do que João Nery aponta como um mercado de laudos) e cirurgiões que enriquecem às custas de suas vidas. (NERY, 2018; 2019; VERAS, 2017)

O subemprego nesse sentido está associado majoritariamente ao trabalho sexual (pessoas que são empregadas ou na pornografia ou na prostituição), o qual, apesar de geralmente não ser exercido por muito mais do que por 20 anos na vida da pessoa, cria também um estigma em torno dela que por muitas vezes a impede de migrar para outras carreiras e serviços. Além do que, inevitavelmente dificulta a sua admissão como trabalhadora formal. Para Paul Preciado, o trabalho sexual ainda hoje constitui uma casta que não raramente atrela as pessoas à uma imobilidade social, aspecto tão caro ao mundo do trabalho neoliberal. Isso reflete sobre elas a necessidade de uma migração tanto forçada, mas também (ora para metrópoles, ora para fora do Brasil) que é sintomática de pessoas auto-identificadas como gays, lésbicas e bissexuais, mas que é exponencialmente maior para pessoas trans. Esse cenário, somado a essa prática de pink-washing do Estado brasileiro demonstra a política de morte camuflada sobre essa população. Isso se soma às imposições já que até então permanecem introjetadas culturalmente, quanto às estruturas de aparição e reconhecimento que são impostas a essas pessoas, as quais regulam se elas podem ou não ser honradas com a capacidade de pleitear para si direitos. Todas essas associadas são formas de deprimir, empobrecer e exterminá-las paulatinamente. (PRECIADO, 2018)

Ainda contextualizando essa tragédia, Preciado e Bento apontam esse investimento externo da patologização da transgeneridade, como tanto uma investida externa da indústria farmacêutica para a medicalização dos corpos trans, como um lobby dos planos de saúde para

serem os intermediários de todos os processos de tratamento. Esse é um cenário denunciado pela população trans norte-americana e que também começa a ser replicado por aqui. (BENTO, 2017; PRECIADO, 2018)

Apesar de autoras proeminentes da teoria queer apontarem que essa estrutura se dá sim exterminando as travestis, recentemente reivindicações tanto de entidades de prostitutas, quanto nomes mais jovens e que estão começando a tomar forma na academia (como de Lua Stabile, por exemplo), elencam os inúmeros problemas dessa atitude potencialmente condescendente de nomear as travestis vulneráveis como vítimas de um abuso externo e que são sempre forçadas a uma migração e que precisam ser protegidas mesmo quando não demandam isso. Esse tipo de perspectiva é fomentadora para políticas de expulsão de migrantes por exemplo e da criação de ONGs e missões que mais arrecadam dinheiro do que afetam substancialmente a vida dessas pessoas. Essas agentes críticas à leitura da prostituição como um problema a ser sanado, concordam com os problemas estruturais na manutenção de suas vidas, mas reivindicam também a possibilidade da prostituição como instrumento não só de subsistência, mas também de manutenção de uma vida digna e como instrumento de enfrentamento aos múltiplos problemas que a sociedade de modo geral tem quando tem de encarar o sexo como coisa além de uma idealização. (STABILE, 2020)

Nessa conjuntura, existe uma reivindicação pela patologização advinda da própria comunidade trans, pois não há um tratamento subsidiado pelo Estado, para o chamado processo de transgenitalização do corpo. Ele é mobilizado por ativistas mais antigas e que mantém um discurso mais alinhado com o tempo de separação de hierarquização entre corpos transsexuais, transgêneros e travestis. Desse modo, por conta do status do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais e pela maneira como os planos de saúde americanos operam, a patologização torna-se uma demanda, mirando todo processo de transformação e ou normatização corporal. Essa resposta não significa que não exista uma disputa sendo travada por pessoas também entre pessoas trans, mas que se percebem em um aspecto outro que não necessariamente assemelhar-se a um hiper-arquétipo do gênero ao qual pleiteiam ou não. (PRECIADO, 2018)

Esses outros modos de reivindicar o reconhecimento da transexualidade, transgeneridade, travestilidade ou até transumanidade, tem também em comum a busca por uma dignificação social ou jurídica que inclui o direito de trocar nome em certidão, o direito a ter acesso à saúde pública sem necessariamente uma prescrição patologizante que determine sobre a

sinceridade/necessidade de alguém e o direito de intervir sobre o próprio corpo, sem necessariamente passar por instâncias regulatórias ou quando demandá-las não ser tratado a partir de um viés patologizante. Para esses outros agentes que demandam esse corpo em transição finita ou eterna, é reivindicado uma maior dissociação entre corpo e sexualidade, corpo e identidade e corpo e performance de gênero, de modo que, ao formar comunidades – como a não binária, por exemplo – almejam formar-se para além de uma estrutura fixa de gênero. (PRECIADO, 2018)

Bento propõe que pessoas que sofrem violência por conta de sexualidade, corporalidade e gênero no Brasil estão sujeitas a um regime que nomeia como “violência cordial”. Ela é composta por um aparato jurídico-legal que garante a todos direitos-iguais, mas que não opera em favor de uma proteção mais potente para populações marginalizadas, de modo que se isenta e permite que as violências sofridas recaiam sobre ombros do agredido, o qual assume culpa parcial pelo ato infringido – como é o caso do afeto público trocado entre pessoas LGBT ou da simples aparição diurna de uma pessoa transexual. Isso está diretamente associado a supracitada questão freyriana do sincretismo freyriano enquanto valor positivo. Bento aponta que essa enunciação do Brasil enquanto país democrático recente e lugar multicolorido, multirracial e diverso apaga da memória as condições econômicas, históricas e sociais que produziram aquele contexto. É uma adaptação da mesma crítica quanto à racialização condescendente, discreta e violenta, reinante no país. (BENTO, 2017; FREYRE, 2003)

Outro dilema que Bento aponta é a realidade daquilo que define como transfeminicídio – que tem a mesma motivação de regulação e destruição daquilo que expressa o feminino. Ela aponta que no entanto, esse modo de crime, apesar das similaridades que tem com crimes motivados por homofobia ou lesbofobia, por exemplo, apresenta alguns agravantes. O maior deles é o do ódio ao que expressa a feminilidade, ou seja, a efeminofobia. A partir disso Bento denuncia que a comunidade gay faz uso recorrente dos dados sobre mortes de pessoas trans como um dado sobre si, de modo a gerar uma falsa noção de hiper-violência e exclusão sobre seus corpos. O que ela alega é que homens gays masculinizados e de meia-idade já foram inseridos de um modo ao status quo, que não tem tendência a sofrerem às mesmas assimetrias de dignificação que outras pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Desse modo, esse dado faz sentido só em determinados espaços e usos, afinal existem diferenças

substanciais de acesso e tratamento quando pensada a situação dos gays em determinadas capitais em detrimento da população trans por exemplo. (BENTO, 2006; 2017)

### **Sobre o advento dos corpos não binários e a disputa pela nacionalização da transgeneridade**

Joan Scott propôs em 1995 uma abordagem do estudo de gênero que focava analiticamente mais no contingencial enquanto formulação do gênero, do que na naturalidade disso. Ela indicava que análise do gênero a partir da ideia da ‘diferença sexual’ criava uma epistemologia pré-discurso de si, de modo que, quando pensada sobre corpos inadequados aos padrões generificados, soava como um descompasso relativo à auto-percepção desses. Ou seja, era um encaixe generificante muitas vezes externo, pouco atento às formulações e interpretações dos próprios sujeitos sobre si. E ainda um reforço disso apontado como a binaridade de ‘gênero’ nos corpos.

Tal perspectiva gerava um encaixe consequencial que era o seguinte – corpo determinado desencadeador de gênero determinado, de uma identidade referencial de gênero pré-estipulada e conseqüentemente de uma sexualidade fadada. Linha de raciocínio que criou por exemplo, na interpretação de corpos trans, a ideia de que existe uma correlação direta entre o objeto de desejo desses corpos e aquilo que nomeou como sua disforia. Portanto trans mulheres ou homens faziam isso para fins de sedução daquilo tratado como seu corpo oposto, mas em um universo de pessoas cisgêneras. Logo – mulheres trans teriam como objeto de desejo ideal – corpos de homens cisgêneros preferencialmente hiper-masculinos. Essa perspectiva ainda é fundamentadora de manuais psiquiátricos e endocrinológicos por exemplo.

Scott apontou portanto que em certas experiências havia uma dissociação entre o corpo e a sexualidade, entre o corpo e a subjetividade e entre o corpo e a performance de gênero. E isso muitas vezes gerava algum grau de mal-estar, pois mesmo nos ambientes mais contraculturais, suas experiências ficavam como a de corpo mais indeciso ou em trânsito, no sentido de não estarem completamente certos sobre os desejos mais íntimos, diante dos pólos de masculinidade e feminilidade. Ela apontou isso como um conceito que chamou de

“limite do relacional de dois”, o qual abarcava uma boa parte dos estudos sobre sexualidade e gênero e que focava principalmente na heterossexualidade e na homossexualidade oposta a ela e na masculinidade e na feminilidade oposta à ela. Essa oposição enquanto desvio, segundo Scott, também criou um paradigma de degenerescência sobre esses opostos. Ou seja – ser desvio era ser determinado como o dilema no regime de uma falsa ética veiculada generalizadamente sobre o que era certo e adequado. (SCOTT, 1990)

O movimento de dissociação entre os estudos de gênero e sexualidade já era um apontamento desde os anos 80 influenciado por autores como Foucault e Gayle Rubin. Butler criticou a correlação imbricada que estudos feministas faziam entre gênero e sexualidade. As cobranças quanto a essa natureza do corpo caminhavam para um lugar que prezava tanto para leituras múltiplas sobre esses processos de transformação e ressignificação da designação generificada, assim como valorizavam a ideia de corpo em construção. (BUTLER, 2003)

Foucault fez um apontamento no texto “O Saber Gay” indicando que a própria noção de distinção quanto a sexualidade era uma noção tardia. Ele indicava que essa nasceu como um instrumento de regulação do corpo como política pública da era vitoriana, a fim de nomear (ou seria identitarizar?) pessoas que tinham uma sexualidade tida como não higiênica – ou seria abjeta – e essa era uma mudança de paradigma que posteriormente serviu para edificar o sistema de regulação dos comportamentos sexuais e conseqüentemente do prazer, em uma época em que o capitalismo estava a ser estabelecido como sistema social-econômico de organização da sociedade. (FOUCAULT, 2015)

Nesse intuito, ele aponta que foram instituídos quatro instrumentos reguladores a fim do alicerçamento desse sistema. Eram eles a mulher histérica e conseqüentemente a desconsideração para com todas as insurgências diante dos limites que as eram impostas; a criança demasiadamente sexual e conseqüentemente a anulação de todo o desvio desde a tenra infância; o homem pervertido e conseqüentemente todos aqueles que tinham uma sexualidade não reprodutiva ou sem fins do estabelecimento de alianças e recriação de estruturas de parentesco; e a regulação da saúde física, sexual e mental, através de tecnologias implementadas ou reavivadas em múltiplas instâncias da sociedade – educação, propaganda, arte, ciência e política. Essa estrutura, segundo Foucault, foi primeiro implementada para a própria burguesia, ou seja, foi como um projeto ideológico de normas sociais e sexuais, a fim de criar um preciosismo que validasse e perpetuasse o modelo de vida dessas pessoas. Por



isso essas normas incidiam tanto na reprodução, como na formação de alianças modelo – matrimônios. (FOUCAULT, 2015)

Para ele existe um ordenamento sequencial de circunstâncias que desembocaria nesse sistema. Primeiro a partir de um sistema regulador de coisas que favorecessem a disseminação da idealização do sexo reprodutivo e consequentemente o nascimento de mais mão de obra para uma instrumentalização dessa população como massa trabalhadora. O segundo momento, já com a consolidação do capitalismo, seria marcado por um afrouxamento dessa moral sexual repressiva com fins exclusivamente de manutenção de um sistema socio-econômico. Ou seja, a moral sexual coexistiria com um processo no qual deixaria de focar na manutenção de um sistema para produção e passaria a focar num sistema para consumo. Desse modo a emergência de expressões que rompessem essa estrutura passou a ser positivada desde que capaz de produzir nessas identidades, também consumidores. (FOUCAULT, 1979; 2015)

Situando assim, ele tratou esse modelo de definição de sexualidades dissidentes sendo incidência desse regime imposto, como algo extremamente relevante para a criação de grupos libertários, organização dessas pessoas comunitariamente em prol da proteção perante violências externas e uma pandemia por exemplo e tantas outras coisas que a conquista identitária permitiu. No entanto essa noção de sexualidade – e consequentemente de homossexualidade – sempre soava para ele como uma “captura histórica-política” que contextualmente foi necessária, mas que já no fim dos anos 80 deveria ser reavaliada e adequada para uma noção menos estagnadora e dotada de tantos postulados naturalizantes, priorizando aspectos como uma referência a partir da ideia de algo como o prazer. (FOUCAULT, 2015)

Era um questionamento à ideia de inscrição do corpo como uma promessa que pré-determinava algo desde o pré-nascimento (na radiografia) e também a caracterização da sexualidade como algo que podia estar inscrito genética ou neurologicamente no corpo. (BUTLER, 2019; PRECIADO, 2018)

Esse panorama influenciou para que em 2010, no Congresso Internacional sobre Identidade de Gênero e Direitos Humanos, fosse definido que o termo “transgênero” referia-se a qualquer pessoa cujo a identidade de gênero não era nem exclusiva, nem permanentemente estabelecida pelo “sexo” designado ao corpo no seu nascimento.

Para além das existências travestis e transsexuais, a materialização da categoria transgeneridade, associada às reflexões desbravadas pela teoria queer, desembocaram numa quantidade gigantesca de expressões de gêneros, existências e sexualidades que iam além das tradicionais reflexões sobre existências LGBT até os anos 2000.

Uma identidade que está em ascensão e que no ano 2020 ficou famosa graças aos memes relativos às demandas por linguagem neutra – substituição de pronomes de modo a desgenerificar o referenciado – é a identidade não binária. Ela, assim como outras identidades que reivindicam a fluidez do gênero e até uma expressão além gênero, passam por discussões constantes de modo a nem pleitearem um lugar de reconhecimento muito definitivo. Mas é uma questão que há de ser pensada caso por exemplo o signo de transgeneridade venha a desembocar em políticas públicas de cotas por exemplo. Quem são eles que devem ser compensados caso coisa assim passe a existir?

Os sujeitos que se consideram não binários - ou já sob um regime da linguagem neutra “sujeites” - povoam inúmeros fóruns virtuais e pleiteiam um reconhecimento deles como os novos agentes de uma catarse anti-gênero. Suas apresentações tanto virtuais como materiais, costumam ser ancoradas em aspectos andróginos e seus discursos são majoritariamente interpretados como um confronto às fundamentações teóricas que evocam biologia e repertório cultural como estruturas delimitadoras de possibilidades de expressão de si. Suas referências, dada a iminência do contato com sociabilidades populares internacionalmente que as redes sociais promovem, são redigidas tecendo críticas substanciais aos papéis hegemoneizados pré-figurados pelos padrões de gênero.

Dada a novidade do debate sob esses termos e a crítica à permanência identitária que é crucial para a fundamentação desse modo de auto-representação, ainda não tenho conhecimento de grupo proeminentes que carreguem essa bandeira para fins de constituição de uma agenda que vise um lugar semelhante a outras identidades consolidadas para a comunidade LGBT e que almejam um lugar de representação semelhante em relação a essa. No entanto, assumo que é só uma questão de tempo.

## **Sobre a luta das lésbicas**

A historiadora Marisa Fernandes traz no artigo “Ações Lésbicas”, no livro “História do Movimento LGBT no Brasil”, memórias sobre a participação de mulheres lésbicas dentro do grupo SOMOS e posteriormente a criação de um movimento independente criado por essas mulheres. Marisa retrata que existia desde o SOMOS, a desproporcionalidade de atribuições tanto internas do movimento quanto de publicidade dele, entre homens gays e mulheres lésbicas. Assim como era corriqueira a reclamação da falta de respeito para com elas. (FERNANDES, 2018)

O primeiro racha aconteceu quando já no primeiro ano do grupo foi demandada a criação de uma ala lésbica-feminista, na qual tinham um espaço na maior parte do tempo exclusivo para elas em que criavam uma agenda própria e encaminhavam para reuniões maiores do grupo. A falta de priorização da agenda delas permaneceu sendo denunciada e o cume disso foi em um congresso de grandes proporções realizado pelo SOMOS. Ainda como fatores de influência, estava uma crise que era motivada pela florescência de militantes da ala gay da Convergência Socialista dentro do SOMOS, os quais foram acusados de estrelas, e que serviram como motivador para que elas de fato rachassem com o grupo e criassem o próprio. (FERNANDES, 2018)

O grupo criado chamava-se GALF (Grupo de Ação Lésbico Feminista) e foi um mobilizador importante em um dos primeiros atos públicos contra o preconceito e a perseguição para com as pessoas LGBT no Brasil. Uma de seus protestos desencadeou na criação do Dia Nacional do Orgulho Lésbico, 19 de agosto (de 83), no qual as mulheres do GALF ocuparam um bar paulista que aceitava a presença de lésbicas, no entanto proibia que elas falassem de política ou panfletassem no local. A proporção do protesto foi grandiosa e de muito significado, de modo que permanece sendo uma das mais relevantes memórias da população LGBT brasileira. (FERNANDES, 2018)

A autora Gláucia Almeida, em sua tese “Da invisibilidade à vulnerabilidade”, aponta que a efervescência e a variedade na criação dos grupos lésbicos começou a partir de 90 como uma sucessão da demanda de maior afirmação das lésbicas que compunham os grupos de militância e troca gays, em meados de 80 e 90. Ou seja, Almeida aponta que esse processo de formação identitária independente lésbica, estava diretamente associado às acusações de

invisibilização de um movimento gay de outrora. (movimento gay, pois ainda não havia a constituição desse a partir dos termos LGBT). (ALMEIDA, 2005)

A constituição identitária lésbica teve muito a ver com críticas por exemplo da feminista Monique Witting, a qual denunciava que além do patriarcado, o sistema de priorização e pressuposição da heterossexualidade relegavam as mulheres a uma posição de subordinação. Jules Falquet, estudiosa sobre aquilo que chama de lesbianismo político, aponta ainda que esses cruzamentos e desavenças com os movimentos gays e feministas, foram bem pouco unificados de lugar para lugar.

Para explicar um pouco dessas peculiaridades, Falquet subdivide a militância das lésbicas em três estilos de agenda que ela aponta como as linhas. O lesbianismo feminista, o lesbianismo radical e o lesbianismo separatista. O primeiro deles, o lesbianismo feminista, era uma extensão de discussões da agenda feminista, que no entanto criticava essa noção da heterossexualidade compulsória. O lesbianismo sustentava então mais um instrumento de acesso das mulheres ao mundo do trabalho e à independência financeira, política e social, campos à época tratados como predominantemente masculinas. Se elas pleiteassem ou alcançassem sua participação nesses espaços à época como de trabalho exclusivamente masculino, imediatamente passavam a correr o risco de serem acusadas de lésbicas e conseqüentemente condenadas ao ostracismo como uma forma de rejeição e dissociação lesbofóbica.

O lesbianismo radical tinha como uma das principais influenciadoras a autora supracitada, Monique Witting. Elas tinham muitas convergências ideológicas com as lésbicas feministas, contudo tratavam o seu encaixe na categoria classe mulher como um fardo que era aceito para fins de luta, mas que no entanto devia ser criticado e desestabilizado quando cabível. Já o lesbianismo separatista teve como precursora a autora Jill Johnston, e, apesar dos múltiplos formatos de demanda que ganhou pelo mundo, tem como a ideia central, a criação de espaços tanto de socialização, quanto de convívio, exclusivo de mulheres lésbicas. A busca, segundo Johnston, é por uma cultura de ética lésbica.

No Brasil, o movimento lésbico seguiu um contorno parecido tanto com o movimento trans, quanto o movimento gay, no quis diz respeito ao seu fortalecimento, consolidação e extensão à partir da institucionalização – onguização – ocorrida com a epidemia de AIDS. Foram constituídas ONGs focadas na saúde das mulheres lésbicas e em meados dos anos 2000 foi

criado um seminário de saberes lésbicos, o Senales, no qual era visada tanto a construção e o reforço nas agendas e para com as ativistas nacionais. Em 2004 foi fundada a Associação de Lésbicas Nacional que tinha como objetivo criar uma agenda comum, para encaminhar para Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, assim como estabelecer diretrizes comuns. Esses grupos foram relevantes nas agendas do Fóruns Nacionais LGBT, assim como nas organizações das paradas pelo Brasil.

A leitura do corpo lésbico e conseqüentemente a formação identitária de suas comunidades, teve contornos também parecidos com o do movimento de homens gays. No caso, existia uma percepção do corpo de mulheres lésbicas que respeitava a díade binária – fanchona (butch) e lady (feminina) – que também era determinante para o seu reconhecimento e/ou para sua condenação a uma vida muitas vezes de violência, ausência de oportunidade e ostracismo. A mudança de paradigma expressivo, assim como para homens gays, do binário ao difuso, também foi marcado pela diversidade de expressões lésbicas mostradas mídia a fora. Almeida aponta que as marcas foram menos determinadas pelo estigma da doença e mais pela concreta mudança de pensamento geracional. (ALMEIDA, 2005)

### **Sobre os militantes negros dentro de organizações LGBT**

Nas entrevistas que compuseram o dossiê sobre o ativismo lésbico no Brasil de Gláucia Almeida e Maria Luiza Heilborn, a questão da cor da pele das mulheres (a raça) foi muito tocada. Parte das entrevistadas denunciou a ausência de pertencimento e conexão que sentiam em todos os movimentos sociais dos quais fizeram parte. Feminista, lésbico, LGBT e negro. Elas relataram que isso se dá graças a imensa assimetria que corpos brancos, heterossexuais ou bem enquadrados e normas de gênero, tem dentro dos espaços de militância. (ALMEIDA; HEILBORN, 2008)

Outro aspecto que as militantes chamaram atenção como um dilema que enfrentaram foi a compulsão pela africanização que sentiam nos espaços nos quais faziam parte. Ou seja, existia tanto uma expectativa, quanto uma cobrança de que as pessoas negras assumissem hiper-arquétipos de homem viril, mãezona, pantera negra, lacradoras, pessoas de santo ou como figuras muito montadas nisso que é nomeado como moda étnica e etc. Além disso, no

que diz respeito ao incômodo para com os respingos da produção ainda mais incisiva de hiper-arquétipos sobre negros, as militantes denunciam como a costumeira hiperssexualização que sofrem por parte de suas parceiras, relega a elas sempre ou de extrema feminilidade sensual, ou de extrema masculinidade rústica – o binômio nesse caso o de mulata de exportação e a fanchona. (ALMEIDA; HEILBORN, 2008)

Almeida ainda ressalta em sua tese sobre a reificação (manutenção) de modelos heteropatriarcais e brancos (eurocentrados) no desenrolar das relações afetivo sexuais de pessoas LGBT não brancas, que essas relatam que costumeiramente ter de tomar a decisão entre serem invisíveis ou hipervisíveis, a fim de serem preteridos ou valorizados enquanto pessoas dignas de desejo, afeto e entes políticos relevantes. O dilema reside na ideia de que caso você se silencie, é mais fácil manter uma relação duradoura e estável, de modo que os anseios do corpo preto são preteridos em detrimento do outro corpo (especialmente se o outro corpo for branco), mas simultaneamente creditam a estabilidade afetiva-sexual idealizada. (ALMEIDA, 2005)

No caso da hipervisibilidade se tem como crédito a maior notabilidade do corpo que se mostra e que é associada ao desejo (que muitas vezes se converte em fetichismo). Essa aparição acaba por possibilitar uma vida sexual mais diversa e exploratória. Ao passo que isso ocorre, a visibilidade desse corpo costuma se tornar um tótem no qual os pólos o do desejado excessivo graças a impressão que gera, mas que mantém-se descartado para uma relação afetiva de longo prazo; ou o que é tratado como um instrumento de aprendizado na jornada de diversificação de parceiros que alguém está vivendo - quase que como uma figura instrumentalizada para o processo de amadurecimento do outro.

Como alternativa em relação ao preterimento sofrido, tem sido notável mais recentemente a proliferação no Brasil do modelo de casas (houses nos Estados Unidos) nas quais diversas pessoas unidas sob uma bandeira de participação e ou proximidade de uma população queer, criam uma família a fim de realizar produções culturais conjuntas, competir em bailes de vogue, proteger-se, dividir moradia e trocarem afeto, experiência e inspiração. Essas casas, assim como fora do Brasil, tem majoritariamente como entes e protagonistas pessoas negras, que fazem uso delas para viabilizar suas reivindicações por mais visibilidade, reconhecimento e paz para o seus. As casas de vogue associadas ao fenômeno global, apresentam-se como a própria motriz desse movimento social que se consolida. (CHATZIPAPATHEODORIDIS, 2017)

Para além desse cenário, é corriqueira a reivindicação e conseqüentemente a conquista de ativistas negros dentro das organizações políticas. O protagonismo desses torna-se cada dia mais evidente e incontestável, mas já se constroem antenados na interseccionalidade como caminho para a ação conjunta. Isso dá pela violência acentuada que sofrem.

### **Sobre as pessoas intersexo**

Foi no meio do século do 20 que o psicólogo neozelandês John Money desenvolveu o primeiro compilado de tecnologias a fim da conversão de bebês intersexo – que nasciam sem um dimorfismo sexual muito aparente –, a qual consistia no uso cirurgias e hormônios. Foi nesse contexto também que o conceito de “gênero” foi utilizado clinicamente, sendo instrumentalizado para representar um par de opostos – masculino e feminino – que se equivocou por o que ele tratava como natureza, devia ser foco de construção e/ou redesignação. Essa intervenção cirúrgica era baseada em princípios elencados pelo próprio John Money de que a educação do que é nomeado hoje como identidade de gênero e preferência de desejo, e sexo, poderiam ser condicionados até os 18 meses de idade. As cirurgias passaram a ser o procedimento de praxe para as crianças intersexo, gerando um legado no qual muitos delas eram e são inconscientes de terem sido submetidas a um processo drástico tão cedo. (PRECIADO, 2018)

A compreensão sobre o corpo intersexo passou por diferentes assunções ao decorrer do tempo. Anne Fausto-Sterling descreve no livro de 2000 que em um primeiro momento o termo intersexo era utilizado como sinônimo de hermafroditismo, sendo nomeado como época das gônadas, a qual designava como corpo intersexo necessariamente quem tinha órgãos sexuais masculino e feminino aparente. Esse tipo de interpretação foi mantida até o meio do século 20. O segundo momento foi marcado pela nomeada época cirúrgica, na qual foram criados manuais patologizantes com fins de guiar a construção cirúrgica do órgão sexual e para a intervenção manipulando o desvio com fins de aperfeiçoamento da sociabilidade do corpo intersexo. O terceiro momento tem a ver com a irradiação do debate trazido pela população intersexo, a consolidação de organizações que debatiam o tema. (PINO, 2007)

Hoje a principal pauta da população intersexo, que segundo Pino, estima que seja de mais ou menos 2% da população mundial, refere-se da proibição por parte do governo de cirurgias de redesignação sexual desnecessários, até uma idade na qual a criança possa escolher qual procedimento deve ser feito. A ausência de necessidade, segundo as entidades de pessoas intersexo, indica que as cirurgias só são cabíveis caso venham a gerar problemas urinários para criança ou demais problemas associados ao uso do órgão. No entanto, é reconhecido que diversas variações daquilo que pode ser encaixado no enquadramento de um corpo intersexo, as quais vão desde incoformidade cromossômica com os modelos padrão XY e XX, até incompatibilidade entre o sistema reprodutor interno e externo – por exemplo crianças que nascem com vagina, mas com testículos internos. (PINO, 2007)

A defesa para que seja cessada esse tipo de intervenção tem a ver com os danos psicológicos e físicos (reposição hormonal por toda a vida e incontinência urinária por exemplo) que as crianças sofrem e que, dada a invasibilidade da cirurgia, são irreversíveis. A luta intersexo levanta com cada mais força debates sobre a variabilidade possível e os dilemas contidos numa interpretação de gênero binarizante, pois grande parte dos corpos intersexo não pleiteiam para si uma construção corporal generificada padronizada em masculino e feminino, mas um modo de conviver e florescer mediante às potencialidades contidas no próprio corpo e convivendo, caso seja o tipo de intersexualidade, com seu órgão sexual atípico.

No Brasil, o maior grupo institucionalizado de pessoas intersexo é a ABRAI (Associação Brasileira de Pessoas Intersexo) e é por meio dela que tem sido redigidas essas reivindicações que dizem respeito à saúde, à dignidade, ao direito de escolha e à sua cidadania.

### **Sobre as drag queens e kings**

As práticas de drag king e queen visam produzir expressões de si que pairam muito além do masculino e do feminino. Não é incomum encontrar retratos animalizantes, robóticos ou alienígenas de pessoas, que a depender da espacialidade, fazem com que pessoas expressem essas auto-ficções que pré-figuram de outra forma de si. Para Preciado é como se esse sujeito pré-figurado o fizesse vislumbrar a potencialidade da transformação tanto visual performática



como quanto interna de seu corpo. É sobre a capacidade da produção de uma sensação e de um mobilização no outro que vai além do “disfarce” e que quando visibilizada ganha contornos inerentemente políticos e por muitas vezes chocante. (PRECIADO, 2014)

Para fazer alusão ao seu próprio processo de montar-se como drag king, Preciado diz: “Uma das primeiras lições sobre masculinidade é – tudo depende de uma gestão do poder: de fazer o outro acreditar que tem o poder, mesmo que, na realidade, ele o tenha apenas porque você o concedeu. Ou então é fazer o outro acreditar que o poder, como algo natural e intransferível, pertence a você e que você, somente você, poderá dar ao outro o status de masculinidade de que ele precisa para pertencer à classe dos dominantes.” (PRECIADO, 2018)

Preciado evoca que a prática do “drag-kingueísmo” é pós-queer, pois ela hackeia a ideia da existência dos biocódigos de masculinidade e feminilidade, supera a questão da performance por si e mimetiza múltiplas camadas e artefatos contidos num glossário do gênero, da sexualidade e da expressão, que são tanto referenciados a partir de símbolos contemporâneos quanto ancestrais. Portanto se fincam além de um sistema padronizado de expressões populares no tempo/espaço que as circunda. Ele enxerga e recomenda tal processo como um exercício catártico visando compreender todas as bioficções ao redor do praticante dessa repersonalização. Para ele performar é consequentemente notar a expressão alheia sendo crítico e simultaneamente encantado por ela, tornando-se, assim como indica Merce Cunningham - “o caminho entre a norma e a improvisação/invenção”.

Sua origem está associada desde às práticas de criação de indumentária e artifícios performáticos utilizados na era vitoriana a fim de viabilizar para homens a conversão de seus corpos em representações inteligíveis e verossímeis de feminilidade em peças teatrais; passa pelos clubes privados de experimentação de gênero dedicados a serem um espaço seguro para esse modo de expressão que à época era considerado uma inversão; percorrem os bailes (vogue ballrooms) no qual os sujeitos mais precarizados da comunidade LGBT (imigrantes, latinos e negros no contexto norte-americano) criavam grandes competições de performance temática (focados em emular primeiramente as imagens de mulheres brancas, glamurosas e ricas, mas que com o tempo foram sendo diluídas em representações notoriamente conceituais e críticas sobre temas múltiplos); vão à era dos clubkids na qual as expressões ganham peculiaridades cada vez mais marcadas, dando vida a arquétipos ora bizarros, ora cinemáticos de modo a desviar completamente das fronteiras generificadas e recaem após a difusão e popularização dessas expressões por meio de programas televisivos e para youtube,

numa coalizão pouco delimitante de tudo aquilo que pode ser um modo de expressão drag. (HALPERIN, 2012)

A estética da figura drag passou por uma valorização ao decorrer dos últimos anos por conta de RuPauls Drag Race e seus múltiplos simulacros ao redor do mundo. Isso ressoou em um protagonismo muito mais acentuado para homens cis que faziam uma drag hiperfeminina do que em relação aos outros corpos expressando isso através de modelos mais excêntricos. No entanto a comunidade drag está no mesmo vórtex de discussões internas sobre corpos sub-representados e hiperrepresentados e, na medida em que se expande, também expande tanto em críticas, quanto em transformações representativas internas.

## **Conclusão**

Tentei ser capaz de explorar algumas das discussões centrais relativas à vida da população LGBT e Queer, trazendo um pouco da história dessa população em organizações políticas e refletindo sobre suas respectivas agendas. Também tentei ser capaz de traçar algumas das similaridades de embate que aqueles que mantiveram reivindicações mais identitaristas tiveram para com aqueles que mantiveram reivindicações mais alocadas ao que se chamaria hoje de uma agenda queer.

Reiterei as críticas e auto-críticas feitas por essas populações, assim como apresentei a partir de certo suporte teórico o caminho da conciliação apresentado de maneiras diferentes por vários autores sejam eles estudiosos de cultura LGBT ou vinculados aos estudos queer. Em meio ao trabalho me percebi várias vezes em um caminho de vai e vem para no fim perceber que sob minha perspectiva a discussão está em uma progressão bastante consolidada há mais ou menos cem anos.

Também me dei conta que boa parte dos termos passaram por constantes apropriações e consequentemente discórdias quanto a esses usos e maus usos. Esse processo de ascensão de um termo enquanto identidade disruptiva, sendo sucedido pela popularização, pelo esvaziamento e pela superação se repetiu tantas vezes que acabou desencadeando na

formação de um processo que parece ser cíclico no que diz respeito ao formato de identificação forjado por questões de sexualidade e/ou identidade de gênero.

Ao decorrer do processo também me percebi engatinhando em um tema que ainda pode ser vastamente explorado, visto que apesar de ter falado um bocado, ainda estudei e disse pouco sobre tudo aquilo que gostaria. E isso diz respeito principalmente à discrepância de informações a respeito de identidades novas, assim como de sub-identidades que se imbricavam dentro de identidades, fazendo com que eu representasse demasiadamente aqueles que são justamente acusados de serem hiper representados em detrimento dos que não são.

De todo modo acredito que meu mapeamento venha a calhar para somar na compreensão das mais de 80 vitórias eleitorais de pessoas LGBT nas eleições municipais de 2020, as quais evidenciam tanto o crescimento de visibilidade dessas populações, quanto a multiplicidade de performances sociais e auto-identificações, as quais são reveladas graças à variedade de ideias e idealizações das pessoas candidatas. Para tanto, não oferecerei uma análise concreta a respeito, visto que essas conquistas ainda são recentes e por conta disso não me debrucei bem sobre o ocorrido.

Em suma, acredito que esse trabalho é apenas um quebra-cabeça juvenil a fim de desbravar algumas dessas tantas questões, mas sigo a conclusão de Leandro Colling e seguindo a linha de Paul Preciado, Paco Vidarte e Judith Butler, apontando que mesmo mediante esse conflito central na constituição das diferentes formas de idealização e atuação dessas duas frentes do movimento redigido por essa população, reside tanto uma adaptação menos intransigente das novas formas de se expressar e interpretar múltiplas expressões de sexualidade por parte dessa parte LGBT enquadrada em um configuração que preza pela institucionalização, como também é detectável inclusive no seio do movimento queer a assunção de que certos debates tendem a ganhar mais força e podem suprir a ampliação de uma cidadania para populações tão marginalizadas, mas que resistem constantemente em suas estruturas de proteção e de cuidado comunitário, na medida em que passam a ter consigo o resguardo por parte do Estado. Com isso, e seguindo Colling, argumento que na prática, apesar dos múltiplos atritos, existe uma tendência por parte de ambas as frentes em favor de uma adaptação para um ativismo de repertório sincrético.

## **BIBLIOGRAFIA**

**ALMEIDA, Gláucia.** “Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do 'corpo lésbico' na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e AIDS”. *Tese vinculada à universidade Fiocruz de 2005.*

**ALMEIDA, Gláucia; HEILBORN, Maria Luiza.** “Não sono mulheres gays: Identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras”. Publicação da revista “Gênero”, da Universidade Federal Fluminense, volume 9, número 1 de 2008.

**ANDERSON, Benedict.** “Comunidades imaginadas.” Publicação de 2008 da editora “Companhia das Letras”.

**BENTO, BERENICE.** “A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual”. Publicação de 2006 da editora Garamond/CLAM, 2006.

**BRASIL.** Caderno de Propostas da 3a Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2016.

**BUTLER, Judith.** “Corpos em Aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia. Edição de 2018 da editora “Civilização brasileira”. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Livro originalmente publicado em 2016.

**BUTLER, Judith.** “Corpos que importam - Os limites discursivos do sexo”. Edição de 2019 das editoras “N -1” e “Crocodilo”. Publicação original de 1995. \*fiz uso também da publicação original.

**BUTLER, Judith.** “Problemas de gênero”. Edição de 2003 da editora “Civilização brasileira”. Publicação original de 1990.

**CARRARA, Sérgio.** “A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil.” Publicado nos cadernos “Pagu” - volume 17, número 47, em novembro de 2016.

**CHATZIPAPATHEODORIDIS, Constantine. “Strike a Pose, Forever: The Legacy of Vogue and its Re-contextualization in Contemporary Camp Performances”. Publicado no “European journal of American studies” em 2017.**

**COLLING, LEANDRO. “Stonewall 40 + o que no Brasil?”. Edição de 2011 da editora “Editora da Universidade Federal da Bahia”. Desse livro, fiz uso dos artigos:**

- **BENTO, Berenice. “Política da diferença : feminismos e transsexualidades.”**
- **MACRAE, Edward. “Os respeitáveis militantes e as bichas loucas”. Texto original de 1982.**
- **MISKOLCI, Richard. “Não somos, queremos - reflexões queer sobre a política brasileira contemporânea”.**
- **PELÚCIO, Larissa. “É o que tem pra hoje – Os limites das categorias classificatórias e as possíveis novas subjetividades travestis.”**
- **SEFFNER, Fernando. “Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde , políticas e direitos LGBT.”**
- **SIMÕES, Júlio. “Marcadores de diferença na comunidade LGBT: raça, gênero e sexualidade entre jovens no centro de São Paulo.”**

**COLLING, Leandro. “Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer.” Edição de 2015 da editora da Universidade Federal da Bahia.**

**FACCHINI, Regina. “Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90”. Publicação de 2005 da editora “Garamond”.**

**FEITOSA, Cleyton. “Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos no Brasil”. Publicado na “revista interdisciplinar de direitos humanos da Universidade Estadual de São Paulo” no Volume 4, número 1, do ano 2016.**

**FOUCAULT, Michel. “História da sexualidade I - a vontade de saber”. Edição de 1979 da editora “Gaal”. Publicação original de 1976.**

**FOUCAULT, Michel. “O saber gay”. Publicado na revista “Ecopolítica” da Pontifícia Universidade de São Paulo. Tradução de Eder Amaral e Silva e Heliana de Barros. Volume 1, páginas 2-27, ano 2015. Entrevista originalmente publicada em 1978.**

**FREYRE, Gilberto. “Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Edição de 2003 da editora “Global”.**

**FRY, Peter; MACRAE, Edward. “O que é Homossexualidade.” Edição de 1983 da editora “Brasiliense”, 1983. 125p.**

**GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. Em: DENZIN, Norman. “O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens.” Publicação de 2006 da editora “Artmed”.**

**GREEN, James. “A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina - homossexualidade, sociedade, movimento e lutas.” Publicado em 2003, nos Cadernos “Arquivo Edgar Leuenroth” no volume 10, número 18/19.**

**GREEN, James. “Além do carnaval - A homossexualidade masculina no Brasil do século XX”. Edição da UNESP de 2000.**

**GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. “História do Movimento LGBT no Brasil”. Edição de 2018 da editora “Alameda”.  
Desse livro, fiz uso dos artigos:**

- **BULGARELLI, Lucas. “Um impeachment, algumas tretas e muitos textões: notas sobre o movimento LGBT brasileiro pós-2010”.**
- **CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio e RODRIGUES, Alexsandro. “Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT.**
- **CAMARGOS, Moacir Lopes de. “O surgimento das paradas LGBT no Brasil.”**
- **COLLING, Leandro. “Impactos e/ou sintonias dos estudos queer no movimento LGBT no Brasil”.**
- **CRUZ, Rodrigo. “Do protesto de rua à política institucional: A causa homossexual nas eleições de 1982”.**
- **FACCHINI, Regina. “Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT.”**
- **FEITOSA, Cleyton. “A participação social nos 40 anos do Movimento LGBT no Brasil”.**
- **FERNANDES, Marisa. “Ações lésbicas”.**
- **GREEN, James N. “Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo”.**

- IRINEU, Bruna Andrade. “Negociações, disputas e tensões na arena LGBT brasileira entre os anos 2010 e 2014”.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. “Travessia: Caminhos da população trans na história”.
- MACRAE, Edward. “Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”.
- MOTT, Luiz. “O imprescindível GGB”.
- NERY, João W. “Transmasculinos: invisibilidade e luta”
- QUINALHA, Renan. “Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro”.
- TREVISAN, João Silvério. “Somos o quê mesmo?”.
- TRINDADE, Ronaldo. “A invenção do ativismo LGBT no Brasil: intercâmbio e ressignificações”.
- QUINALHA, Renan. “Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime militar brasileiro”.
- RODRIGUES, Jorge Caê. “A imprensa gay no Brasil”.
- SANTOS, Ana Cristina Conceição. “Lésbica negras (re)existindo no movimento LGBT”.
- SOLIVA, Thiago Barcelos. “A confraria gay: um estudo sobre a trajetória da Turma OK.
- VECCHIATI, Paulo Roberto Iotti. “Mobilização judicial pelos direitos da diversidade sexual e gênero no Brasil”.
- VERAS, Elias Ferreira. “Travestis: visibilidade e performatividade de gênero no tempo farmacopornográfico”.
- VIEIRA, Helena; FRACCAROLI, Yuri. “Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos de democracia”.

HALPERIN, David M. “How to be Gay”. Edição de 2012 da editora “Harvard University Press”.

HARAWAY, Donna J. “Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século vinte”. Publicação de 2009 no livro “Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano”. Livro e tradução de Tomaz Tadeu. Publicação original de 1986.

**LAURETIS, Teresa de. “Feminist studies/crítica studies: issues, terms, and contexts”** Publicação de 1986 na revista “Feminist Studies/Critical Studies”, da editora da Universidade de Indiana.

**MISKOLCI, Richard. “A Teoria Queer e a sociologia: o ‘desafio de uma analítica da normalização.’** Publicado em 2009, na revista “Sociologias”, número 21, 2009b.

**NERY, João W. “Viagem solitária”.** Publicação de 2019 da editora “Leya”.

**PEARCE, Ruth; ERIKAINEN, Sonja e VINCENT, Ben. “TERF Wars: Feminism and the fight for transgender futures”.** The Sociological Review Monographs. Edição de 2020, Volume 68. Deste livro, fiz uso dos artigos:

- **ASHLEY, Florence. “A critical commentary on ‘rapid-onset gender dysphoria’”.**
- **SERRANO, Julia. “Autogynephilia: A scientific review, feminist analysis, and alternative ‘embodiment fantasies’”.**
- **STABILE, Lua da Mota. “Sex work abolitionism and hegemonic feminisms: Implications for gender-diverse sex workers and migrants from Brazil”.**

**PELÚCIO, Larissa. “Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids”.** Edição de 2009 da editora “Annablume”.

**PERLONGHER, Néstor. “O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo”.** Edição de 1987 da editora “Brasiliense”.

**PINO, Nadia Perez. “A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos”.** Publicado nos cadernos pagu (edição 28), do primeiro semestre de 2007: páginas 149-174.

**PRECIADO, Paul B. “Manifesto Contrasexual - Práticas Subversivas de identidade sexual”.** Edição de 2014 da Editora “n -1”. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. Livro originalmente publicado em 2000.

**PRECIADO, Paul B. “Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica.”** Edição de 2018 da Editora “n -1”. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. Livro originalmente publicado em 2008.

**PROUST, Marcel. “A raça maldita”.** Publicação de 1989 da editora “Hiena”. Livro original de 1922.



**REICH, Wilhem. “A revolução sexual”. Publicação de 1988 da editora “Zahar”. Livro original de 1936.**

**SEDGWICK, E. K.; RUGGIERI, M.; NOGUEIRA, C.; ROMÃO, L.; SALDANHA, F.; NATALI, M.; MELO, R. “Leitura paranoica e leitura reparadora, ou, você é tão paranoico que provavelmente pensa que este ensaio é sobre você.” Remate de Males, Campinas, SP, v. 40, n. 1, p. 389–421, 2020.**

**SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica.” Publicação de 1990 na revista “Educação e Realidade”, volume 16, número 2.**

**SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.**

**SONTAG, S. “Against interpretation and other essays.” Publicação de 1966 da editora “Delta Books”.**

**SPIVAK, Gayatri. “Pode o subalterno falar?”. Edição de 2010 da editora da Universidade Federal de Minas Gerais.**

**TREVISAN, João Silvério. “Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil: da colônia à atualidade. Edição de 2018 da editora “Objetiva”.**

**VERAS, Elias Ferreira. “Travestis: Carne, tinta e papel”. Publicação de 2017 da editora “Prisma”.**

**VIDARTE, Paco. “Ética Bixa”. Edição de 2019 da editora “n -1”. Traduzido por Pablo Codellino Soto e Maria Selenir Nunes dos Santos. Livro originalmente publicado em 2007.**

**WILDE, Oscar. “O retrato de Dorian Gray”. Publicação de 2013 da editora “Biblioteca azul”. Livro originalmente publicado em 1890.**